



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

Relatório de Gestão (TCU) Exercício 2017

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) como prestação de contas anual a que este CGEE está submetido nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº 63/2010 (alterada pela IN TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa (DN) TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018, bem como orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão:
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Brasília, 2018

LISTA DE SIGLAS

ABBI	Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Abipti	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anpei	Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
Anprotec	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CA	Comissão de Avaliação
CAIS	Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança
CEP	Código de Endereçamento Postal
CG	Contrato de Gestão
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
Citenel	Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
CMDB	<i>Configuration Management Data Base</i>
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conacyt	<i>Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología</i>
Confap	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
Consecti	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DB2	É um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacionais (SGDBR) produzido pela IBM.
DF	Distrito Federal
Dieese	Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
ECF	Escrituração Contábil Fiscal
e-Contas	Sistema de Prestação de Contas Anuais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Brasileira Agropecuária
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
eSocial	Projeto do governo federal que vai unificar o envio de

	informações pelo empregador em relação aos seus empregados
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Foprop	Fórum de Pró - Reitores de Pesquisa e Pós Graduação
Funceme	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
IBM	<i>International Business Machines</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IN	<i>InsightNet</i>
IN	Instrução Normativa
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IS	<i>InsightSurvey</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OTE	Observatório de Tecnologias Espaciais
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMBok	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PMO	<i>Project Management Office</i>
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PTA	Profissional Técnico Administrativo
PTE	Profissional Técnico Especializado
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPE	Revista Parcerias Estratégicas
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SP	São Paulo
SWIR	<i>Short Wave Infrared</i>
TA	Termo Aditivo
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB	Universidade de Brasília
UNCCD	Nações Unidas de Combate à Desertificação
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
XML	<i>Extensible Markup Language</i>



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO	45
QUADRO 2 - RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS	45
QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS REPASSES RECEBIDOS DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2017 ..	46
QUADRO 4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO DIRETIVO DO CENTRO	53
QUADRO 5 - REPRESENTATIVIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE	54
QUADRO 6 - REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE	55
QUADRO 7 - REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO DO CENTRO	58
QUADRO 8 - RELAÇÃO DOS SERVIDORES DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL CEDIDOS AO CGEE	64
QUADRO 9 - ÍNDICES DE DEPRECIAÇÃO E MÉTODO DE AVALIAÇÃO.....	78



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - FORÇA DE TRABALHO DO CGEE	62
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA	62
GRÁFICO 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE	63
GRÁFICO 4 - TIPO DE VINCULAÇÃO/OCUPAÇÃO.....	63



LISTA DE ANEXO

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO 2017	83
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE PRODUTOS COM PRAZO DE ENTREGA EM 31/12/2017	87
ANEXO III – QUADRO RESUMO DE PROJETOS E ATIVIDADES EM 2017	90
ANEXO IV – (RELATÓRIO ANUAL 2017 CA) – TABELA 1 – COMPARATIVO METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS EM 2017.....	92
ANEXO V - MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2017	100
ANEXO VI – DETALHAMENTO DAS CAPACITAÇÕES / TREINAMENTOS – JANEIRO A DEZEMBRO 2017	104
ANEXO VII – TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO DE 2017.	106



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO.....	14
1.1. Identificação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)	14
1.2. Finalidade e Competências Institucionais	14
1.3. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do CGEE	15
1.3.1. Informações sobre o Registro dos Atos Constitutivos	15
1.3.2. Informações sobre Publicações dos Relatórios Executivos e Gerenciais	15
1.3.3. Registro da Publicação das Normas Internas da Organização Social	16
1.4. Breve histórico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).....	16
1.5. Informações do Ambiente de Atuação da Entidade	17
1.6. Apresentação do Organograma Funcional	18
1.7. Informações sobre os Macroprocessos Finalísticos.....	19
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	22
2.1. Planejamento Organizacional.....	22
2.1.1. Informações sobre o Programa de Trabalho da Entidade e Estratégias de Execução.....	22
2.1.2. Descrição Sintética dos Objetivos Estratégicos do Exercício	23
2.1.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	41
2.1.4. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	41
2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	43
2.3. Desempenho Orçamentário.....	44
2.3.1. Demonstrativo da Execução das Despesas	45
2.3.2. Informações sobre a Realização das Receitas	46
2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	47
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	52
3.1. Descrições das Estruturas de Governança.....	52
3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados	53
3.2.1. Principais Dirigentes do Centro	53
3.2.2. Informações sobre o Conselho de Administração	54
3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão	55

3.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	56
3.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	57
3.6. Gestão de Riscos e Controles Internos	57
3.7. Informações sobre a Política de Remuneração paga aos Dirigentes e Membros do Conselho de Administração.....	58
3.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	58
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	60
4.1. Gestão de Pessoas	60
4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Instituição.....	60
4.1.2. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	65
4.1.3. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	65
4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	66
4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	66
4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	66
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação	66
4.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.....	66
4.3.2 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.....	72
4.3.3 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.....	72
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	74
5.1. Canais de Acesso do Cidadão	74
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	75
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	75
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação do CGEE.....	75
5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	76
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	77
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício	77
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	77
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade	79

6.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de Acordo com Legislação Específica.....	79
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	80
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	80
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	80
7.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	80
7.4. Informações sobre a revisão dos Contratos vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	81
7.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	81
8. ANEXO – I a VII.....	82



APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de prestação de contas anual do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em resposta ao fomento feito à instituição no exercício de 2017. Em linhas gerais, será apresentada uma síntese dos resultados das ações empreendidas pelo Centro e o esforço para o cumprimento de suas atividades visando à constante melhoria na qualidade de sua gestão e, do mesmo modo, será evidenciada a utilização dos recursos orçamentários e financeiros repassados à Organização Social naquele período.

As atividades do CGEE estão voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação com outros atores de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), cuja finalidade principal é o estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades focadas no ambiente da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação, objetivando a realização de estudos de futuro, a condução de avaliações estratégicas de políticas e programas, assim como a gestão da informação e do conhecimento.

No ano de 2017 o CGEE deu continuidade ao atendimento das metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor (MCTIC) em um quadro ainda difícil do ponto de vista orçamentário e financeiro, adotando medidas de contenção de despesas e reforçando os instrumentos de gestão de modo a manter o Centro dentro dos limites impostos pelas restrições fiscais e econômicas enfrentadas pelo País. Deu-se, portanto, atenção redobrada à redução dos custos operacionais e de manutenção, com foco na imperiosa necessidade de recomposição da reserva técnica do Centro.

Paralelamente aos esforços para a superação gradativa da crise, foi desenvolvido trabalho de modelagem do ciclo de vida dos projetos executados pelo CGEE, organizador e promotor da qualidade dos trabalhos conduzidos pelo CGEE. Este processo deverá ser submetido à certificação pela norma ISO 9001 durante do ano de 2018, um importante “cartão de visitas” que posiciona o CGEE de forma competitiva no ambiente de realização de estudos estratégicos em CTI no Brasil e no exterior. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a **Família Insight** de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos.

O apoio do MCTIC e a interveniência do MEC no Contrato de Gestão foram aspectos fundamentais para que o CGEE recuperasse uma agenda substantiva e estratégica de trabalhos de interesse para o SNCTI, com reflexos muito positivos para a segurança institucional do Centro e de seus clientes potenciais na negociação de contratos administrativos com instituições do Brasil e do exterior.

Tratou-se, portanto, de um ano repleto de resultados positivos no qual se avançou muito na direção da ampliação da capacidade analítica do Centro em temas ligados à CT&I nacional e internacional, em apoio à avaliação de políticas e programas, na realização de estudos de natureza prospectiva (como o realizado para o Setor Elétrico, supervisionado pela ANEEL). Com satisfação, observou-se fortalecimento da atuação integrada das equipes técnicas do CGEE com

aquelas atuando nas principais agências federais ligadas ao MCTIC e MEC (CNPq, Finep e Capes).

Os resultados alcançados pelo CGEE em 2017, principalmente aqueles inseridos no Plano de Ação do Contrato de Gestão, só foram possíveis em um ano de forte restrição financeira por conta do alto nível de comprometimento da equipe de colaboradores do CGEE, pelo apoio decisivo do Conselho de Administração e pela continuidade do diálogo construtivo com a alta administração do MCTIC e do MEC.

A elaboração do presente documento foi orientada por bases normativas próprias e pelas disposições constantes das normas do TCU, quais sejam: Instrução Normativa (IN) nº 63/2010 (alterada pela IN nº 72/2013), Decisão Normativa (DN) nº 161/2017, Portaria nº 65/2018, bem como pelas orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

Os itens do conteúdo que se aplicam ao CGEE foram inseridos nas seções correlatas, obedecendo à sequência numérica de cada uma. Já aqueles que não se aplicam, por conta da natureza jurídica do Centro, encontram-se explicitados ao longo do Relatório.

A íntegra deste Relatório de Gestão pode ser encontrada na página institucional na internet, no endereço eletrônico (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>).

1. VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

As informações a seguir contextualizam os aspectos relativos à “Visão Geral do CGEE”, contemplando dados que norteiam sua identificação, finalidade e competências, informações sobre suas normas e regulamentos de constituição, alteração e seu funcionamento. Será apresentado um breve histórico da instituição, seu ambiente de atuação, organograma funcional e a identificação de seus macroprocessos finalísticos.

1.1. Identificação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Razão Social:	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
CNPJ:	04.724.690/0001-82
Natureza Jurídica:	Associação Civil, de direito privado e sem fins lucrativos.
Órgão Público Signatário do Contrato de Gestão:	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
Telefones/Fax de contato:	(61) 3424-9600/3424-9661
Endereço eletrônico institucional:	relacionamento.tcu@cgee.org.br
Página da Internet:	www.cgee.org.br
Endereço Postal:	Setor Comercial Sul - Quadra 9, Lote C, Torre C, 4º andar, Salas 401 a 405, Ed. Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP: 70308-200

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi instituído em 2001 na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002, nos termos da Lei nº 9.637/98 de 15/05/1998. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.724.690/0001-82. Sua criação se deu em Assembleia Geral realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em setembro de 2001.

O desenvolvimento de suas atividades está atrelado a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com foco na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico por intermédio dos objetivos constantes do Art. 5º do Capítulo II do Estatuto Social do CGEE, aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de julho de 2012, que dispõe:

“Art. 5º O CGEE tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, por meio dos seguintes objetivos:

- I. promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços;
- II. promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos;
- III. difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- IV. promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial;
- V. desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e
- VI. prestar serviços relacionados à sua área de atuação.”

Para a execução de seus Projetos e Atividades, contemplados nos Termos Aditivos do Contrato de Gestão, o Centro adota como referencial seis Eixos de Atuação, a saber: Inovação e Competitividade; Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais; Novas Fronteiras do Conhecimento; Gestão Inovadora do Sistema e Desenvolvimento Institucional.

1.3. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do CGEE

Para a gestão dos recursos que lhe são destinados, o CGEE estabelece normas e procedimentos que visam direcionar as iniciativas, seus processos e recursos humanos, orçamentários e materiais, para a consecução dos objetivos propostos.

1.3.1. Informações sobre o Registro dos Atos Constitutivos

Em razão da qualificação que lhe foi conferida como Organização Social no ano de 2002, nos moldes do Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e da Lei Federal nº 9.637/98 de 15/05/1998 e na forma associação civil sem fins lucrativos, o registro do CGEE foi efetivado no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, localizado CRS 504 Bloco “A” Loja 7/8 - Brasília/DF, cuja cópia foi arquivada e microfilmada sob o nº 00033645 em 11 de outubro de 2001.

1.3.2. Informações sobre Publicações dos Relatórios Executivos e Gerenciais

As Demonstrações Contábeis do Centro, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como o Resumo do Relatório Anual relativo ao exercício 2017 foram veiculados no dia 15 de março de 2018, na Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU), páginas 169-173 e no Jornal Folha de São Paulo em 15 de março de 2018, no Caderno Mercado A27.

Os referidos documentos estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico do CGEE (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>). Estão também disponíveis na página do CGEE, por meio do link: <https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>, os Relatórios de Execução do Contrato de Gestão MCTIC-CGEE e os Relatórios Anuais.

1.3.3. Registro da Publicação das Normas Internas da Organização Social

A íntegra dos normativos internos que norteiam a gestão da Organização Social pode ser consultada na página do CGEE na internet, na aba “Acesso à Informação”, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.cgee.org.br/acesso-a-informacao>.

1.4. Breve histórico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi legalmente constituído com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificado como Organização Social por meio do Decreto nº 4.078 da Presidência da República, de 9 de janeiro de 2002 e conforme os termos estabelecidos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para executar atividades de interesse público. Sua criação se deu em Assembleia Geral realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em setembro de 2001 e seu patrimônio é constituído, fundamentalmente, a partir de recursos advindos do Contrato de Gestão.

O CGEE, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mantém Contrato de Gestão (CG) com a União desde 2002, com o objetivo de manter parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais. Sua atuação tem foco no ambiente da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação. Para isso, desenvolve trabalhos em três áreas nodais: 1) realização de estudos de futuro; 2) condução de avaliações estratégicas de políticas e programas; e 3) serviços de inteligência estratégica para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

O Contrato de Gestão visa apoiar e qualificar os processos de tomada de decisão, particularmente quanto à formulação e implementação de políticas públicas e programas estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Adicionalmente, o Centro promove a interlocução, a articulação e a interação entre os atores do SNCTI, aproximando o setor produtivo dos setores acadêmico e governamental. A missão institucional do CGEE no SNCTI tem se consolidado na medida em que apresenta subsídios às políticas públicas de CT&I e à gestão estratégica nessa área, com contribuições voltadas para os setores governamental, acadêmico e empresarial.

Com uma equipe multidisciplinar, o CGEE especifica, coordena e conduz sua agenda de trabalho com foco em resultados. Para isso, o Centro adota procedimentos que privilegiam sua atuação por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, que atuam no SNCTI do Brasil e do exterior e pela mobilização de competências técnicas internas e externas. Além disso, ainda mobiliza o melhor conjunto de especialistas e instituições do País e do exterior para subsidiar a condução das suas atividades, organizadas de acordo as seguintes Linhas de Ação: Estudos, Análises e Avaliações; Articulação; Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; Disseminação de Informação em CT&I; e Desenvolvimento Institucional.

Por meio da disseminação da informação o CGEE veicula em seu site na Internet assuntos de interesse social que dizem respeito, entre outros a: notícias, resultados de estudos e publicações, buscando prover às comunidades acadêmicas, empresarial e governamental, informações atualizadas sobre temas de interesse estratégico. Considerando a necessidade da divulgação institucional de suas atividades, o Centro atua de forma proativa, mantendo o referido site em permanente aperfeiçoamento em razão da relevância dessa ferramenta de apoio e informação à sociedade.

O Centro defende a necessidade de ampliação do entendimento de que a tecnologia e as mudanças tecnológicas são indutoras e resultantes de interações complexas no contexto do bem-estar social, econômico e político. Antecipar e compreender o percurso das mudanças tecnológicas é, atualmente, um desafio para os gestores de organizações públicas e privadas. O ferramental, as metodologias e os serviços de inteligência estratégica desenvolvidos pelo Centro ao longo desse segundo ciclo do Contrato de Gestão são evidências claras da sua evolução institucional autônoma, no que diz respeito às competências técnicas desenvolvidas no período.

1.5. Informações do Ambiente de Atuação da Entidade

O CGEE subsidia processos de tomada de decisão em temas relacionados à referida área por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), no âmbito nacional e internacional. Desde a sua criação, o CGEE vem enfrentando o desafio central de manter uma estrutura operacional capaz de garantir o cumprimento de sua finalidade legal.

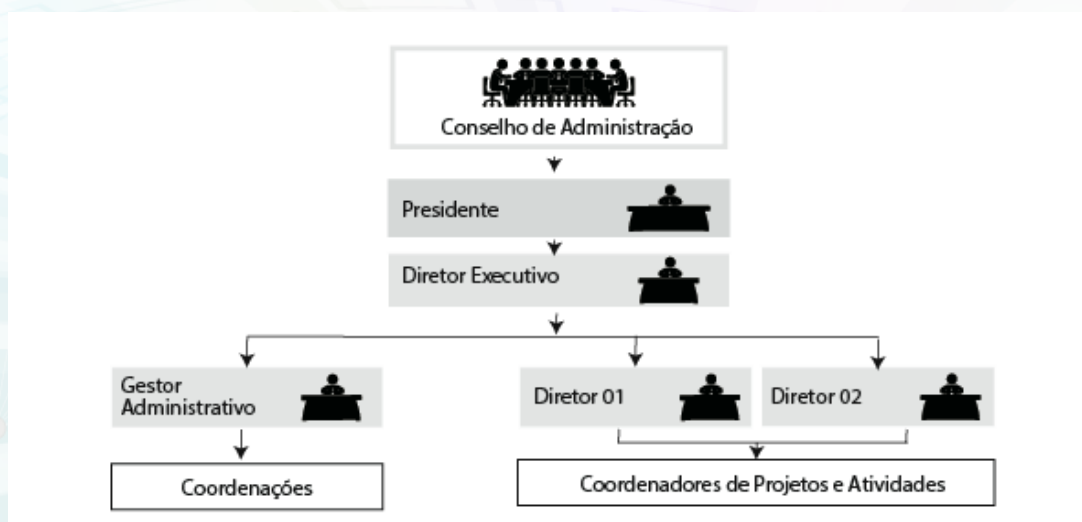
Suas atividades ancoram-se nas diretrizes políticas do Governo Federal, em especial nas diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) em consonância com as prioridades regionais em CT&I e compromisso com a inclusão social. As realizações do CGEE confirmam seu papel estratégico no processo de construção de subsídios às políticas de CT&I. Dessa forma, o *modus operandi* do Centro deve atender às seguintes orientações: 1) Articular-se com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e suas agências, além de outras instâncias governamentais e demais atores do sistema; 2) Fortalecer sua agenda de

trabalho em parceria com entidades representativas do setor privado, em suas respectivas áreas de competência; 3) Focalizar o alcance dos resultados, na busca permanente de excelência em seus processos e produtos; 4) Fortalecer as competências de prospecção e avaliação estratégica; desenvolvendo metodologias necessárias para esse fim; 5) Realizar atividade permanente de informação e análise sobre os sistemas nacional e internacional de CT&I; 6) Difundir os conceitos, os estudos e os resultados das atividades do Centro; 7) Incrementar a cooperação e o intercâmbio com entidades similares do País e do exterior e 8) Mobilizar competências, nos âmbitos nacional e internacional, para o desenvolvimento de suas atividades, buscando uma eficiente relação núcleo funcional/contratados.

1.6. Apresentação do Organograma Funcional

A organização do funcionamento das atividades do CGEE está alinhada com um modelo de gestão que prioriza a direção compartilhada entre os membros da Diretoria, reservando para o Presidente as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e o Regimento Interno do Centro. Os Diretores, inclusive o Diretor Executivo, têm sob sua supervisão um conjunto de Projetos e Atividades definidos no Plano de Ação dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Para cada Projeto e Atividade, a diretoria do Centro designa um Coordenador segundo suas competências e habilitações profissionais. Por sua vez, o Gestor Administrativo atua na supervisão de atividades de Suporte e Gestão Operacional ao funcionamento da Instituição, organizadas sob a forma de Coordenações.

O organograma abaixo demonstra as principais relações de subordinação técnico-administrativas em operação no CGEE no exercício de 2017.



Fonte: Elaboração própria

Em conformidade com seu Estatuto Social, aprovado pelo Conselho de Administração, em 06 de julho de 2012, para atendimento dos aspectos formais o CGEE dispõe de uma estrutura administrativa composta por um Conselho de Administração, um Presidente e uma Diretoria.

O Conselho de Administração do Centro é o órgão de orientação e deliberação superior, formado por membros natos e eleitos, cujas atribuições estão descritas no art. 27 do seu Estatuto Social. A Diretoria do Centro é composta por um Presidente, um Diretor Executivo e até cinco Diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração. As competências do Presidente e dos membros da Diretoria estão descritos nos artigos 29 e 31 do Estatuto Social e artigos 19, 20 e 21 do Regimento Interno.

1.7. Informações sobre os Macroprocessos Finalísticos

Como forma de organizar a execução de seus trabalhos, o CGEE definiu cinco Linhas de Ação que orientam a elaboração da sua agenda de trabalho junto ao MCTIC, na condição de Órgão Supervisor do Contrato de Gestão, quais sejam:

a) Estudos, Análises e Avaliações

Consistentemente com sua missão, o CGEE objetiva servir à sociedade brasileira agregando valor aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas de CT&I, mediante a geração, o compartilhamento e a aplicação de conhecimento nessa área.

Balizando suas ações por uma visão de futuro e pela busca de excelência, o CGEE desenvolve suas atividades com base na discussão de ideias orientada para a busca de consenso entre os diversos atores envolvidos. Desde sua criação, o Centro vem aprimorando o domínio de métodos e ferramentas nas áreas de estudos com visão prospectiva, avaliação estratégica e gestão da informação e conhecimento. Essa atuação se desenvolve por meio de um intenso esforço de articulação, objetivando tornar efetivas as ações realizadas, por meio da utilização dos resultados obtidos por atores ou grupos de atores pertencentes ao SNCTI.

b) Articulação

Atualmente, o grande desafio para os gestores públicos de organizações de CT&I é gerar resultados com impactos econômicos e sociais que justifiquem os investimentos públicos realizados. Para tanto, necessitam, entre outras importantes mudanças no cotidiano das instituições, priorizarem as aplicações de recursos na direção de uma maior eficácia.

A capacidade de antecipação e visão de futuro, a tomada de decisão de forma participativa e a vinculação das ações às demandas identificadas irão, cada vez mais, diferenciar as organizações voltadas para a sociedade e as outras, que, por permanecerem isoladas, poderão estar vulneráveis ou mesmo insustentáveis. Nesse sentido, a capacidade de articular atores diversos da sociedade no desenvolvimento de atividades ganha cada vez maior importância.

Um importante aspecto a ser destacado no âmbito das ações do Centro é o estabelecimento de bases metodológicas para trabalho em rede, um elemento

importante para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os seus fundamentos devem considerar, entre outras questões, as necessidades de conhecer e discutir os principais modelos de rede nascidos de experimentos científico-tecnológicos, político-sociais e artístico-culturais já existentes no Brasil.

O CGEE busca ainda contribuir para o aprimoramento institucional do SNCTI, com destaque para as questões de segurança jurídica e marco regulatório.

c) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI

A missão institucional do CGEE, no SNCTI, tem se consolidado ao apresentar subsídios às políticas públicas de CT&I e à gestão estratégica nessa área, com contribuições voltadas tanto para o setor governamental como empresarial.

No cumprimento dessa relevante missão, o CGEE agrega valor aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas de CT&I mediante a mobilização e o compartilhamento de conhecimentos de formuladores de políticas, tomadores de decisão e especialistas, para a busca de consensos. Também, atua no sentido de auxiliar a gestão de programas e projetos estratégicos em CT&I, por meio de estudos e subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais nessa área.

As atividades do Centro ancoram-se nas diretrizes políticas do Governo Federal em consonância com as prioridades regionais em CT&I e compromisso com a inclusão social. As realizações do Centro, desde sua criação, confirmam seu papel estratégico no processo de construção de subsídios às políticas de CT&I.

d) Disseminação de Informação de CT&I

A informação e a difusão do conhecimento devem realizar-se pela divulgação e ampla circulação dos resultados dos trabalhos e por atividades relacionadas à produção, sistematização e disseminação de dados científicos e informações para apoio ao processo de tomada de decisão, principalmente no domínio de CT&I.

Informação é o principal elemento de trabalho do CGEE. A sua aquisição, tratamento, visualização e disseminação são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas ligados a CT&I de interesse nacional. O número de fontes de informação cresce de forma exponencial em âmbito nacional e internacional, exigindo do Centro liderar a construção de ferramental e métodos para que seja possível a consecução das etapas anteriormente destacadas.

As atividades de editoração do CGEE baseiam-se na interação entre o planejamento e a concepção de suas publicações, vinculadas aos trabalhos feitos no âmbito das suas 5 Linhas de Ação e áreas nodais de atuação.

e) Desenvolvimento Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte das atividades principais do Centro, incluindo a interação com

grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE também moderniza permanentemente o seu ferramental de trabalho, seja por meio da aquisição e/ou da adaptação ou do desenvolvimento de softwares e plataformas de software que proporcionam maior eficiência à execução dos seus estudos, ou pela aquisição de novos equipamentos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

De acordo as orientações do TCU, esta seção “planejamento organizacional e resultados” compõe o arquivo que se desmembra nos subitens: planejamento organizacional, programa de trabalho e estratégias de execução, descrição sintética dos objetivos estratégicos e às metas fixadas no Contrato de Gestão, estágio de implementação do planejamento estratégico, vinculação dos planos do Centro com as competências institucionais e outros planos, as formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos, desempenho orçamentário a execução das despesas, além de informações que versam sobre a realização das receitas e dos indicadores de desempenho.

2.1. Planejamento Organizacional

2.1.1. Informações sobre o Programa de Trabalho da Entidade e Estratégias de Execução

O Contrato de Gestão firmado com o MCTIC e que tem o Ministério da Educação (MEC) como interveniente é o instrumento que norteia as atividades do Centro e que estabelece o Programa de Trabalho para um determinado ciclo. Anualmente, esse Programa de Trabalho é atualizado com a assinatura de Termos Aditivos objetivando atender, também, o estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, de modo a garantir a continuidade ou a inclusão de novos Projetos e Atividades, com a observância, inclusive, dos termos constantes da Portaria MCTI 967/2011, alterada pela Portaria MCTI 777/2012. Cada Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estabelece e atualiza uma programação integral do Plano de Ação. As informações do programa de trabalho do Centro relativas ao ano de 2017 encontram-se consolidadas no Plano de Ação 2017 (Anexo I) e no Demonstrativo de Produtos com prazo de entrega em 31.12.2017 (Anexo II).

Será demonstrado ao longo do presente Relatório de Gestão os principais avanços feitos pelo CGEE no ano de 2017, tanto no que se refere às ações fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), como nos trabalhos realizados por meio de contratos administrativos firmados pelo Centro com instituições de CT&I do Brasil e do exterior.

Conforme anteriormente mencionado, o atendimento das metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor (MCTIC) para o ano de 2017 foram atendidas em um quadro ainda difícil do ponto de vista orçamentário e financeiro, o que só foi possível por conta de medidas de contenção de despesas e reforçando instrumentos de gestão de modo a manter o Centro dentro dos limites impostos pelas restrições fiscais e econômicas enfrentadas pelo País. Deu-se, portanto, atenção redobrada à redução dos custos operacionais e de manutenção, com foco na imperiosa necessidade de recomposição da reserva técnica do Centro.

Optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, mantendo intactas as equipes técnicas voltadas para o desenvolvimento de processos eficazes e inteligentes de monitoramento e análise em temas de natureza estratégica para o SNCTI.

A permanência do quadro de restrições financeiras incontornáveis no curto prazo motivou a assinatura tardia do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Esse instrumento foi firmado em outubro de 2017. Ainda assim, todas as metas estabelecidas para 2017 foram atingidas, graças a um substancial aumento da eficiência na execução dos projetos e a relativamente baixa necessidade de contratação de serviços técnicos especializados extramuros.

Paralelamente aos esforços para a superação gradativa da crise, foi desenvolvido trabalho de modelagem do ciclo de vida dos projetos executados pelo CGEE, organizador e promotor da qualidade dos trabalhos conduzidos pelo CGEE. Este processo deverá ser submetido à certificação pela norma ISO 9001 em 2018 e representa um importante “cartão de visitas” que posiciona o CGEE de forma competitiva no ambiente de realização de estudos estratégicos em CTI no Brasil e no exterior. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a **Família Insight** de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos.

Os efeitos das perdas sofridas pelo CGEE em 2015 e 2016 no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, permaneceram visíveis. Nesse contexto, destaca-se fortemente a atuação dos órgãos Supervisor e Interviente no sentido de reverter esse quadro, aspecto gerador de expectativa positiva quanto ao papel do CGEE para o SNCTI, diante da complexidade crescente dos temas em CTI no Brasil e no mundo, todos dependentes de capacidade nacional de tratamento inteligente para o efetivo apoio à tomada de decisão em alto nível.

Finalmente, cabe registrar que o Presidente do CGEE, Mariano Francisco Laplane, retornou ao seu órgão de origem (Unicamp) no final de agosto, tendo sido substituído pelo Diretor Executivo do Centro, de acordo com o disposto no Regimento Interno do CGEE. O Conselho de Administração se pronunciará em relação ao nome que ocupará a posição de presidente no início de 2018.

2.1.2. Descrição Sintética dos Objetivos Estratégicos do Exercício

Tendo em vista sua finalidade legal e competências institucionais, a atuação do CGEE, em 2017, foi orientada pelos objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estabelecidos no art. 5º de seu Estatuto social, quais sejam: I) promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços; II) promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos; III) difundir informações, experiências e projetos à sociedade; IV) promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação

com o setor empresarial; V) desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas e VI) prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

Abaixo são apresentados os destaques da execução do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão.

✓ **Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia**

Dada a amplitude do conceito de Bioeconomia, a SEPED/MCTIC convocou um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para discutir o tema, que, além de contar com o apoio da equipe técnica do CGEE, envolveu a participação de representantes de universidades e instituições públicas de pesquisa (Unicamp, USP, CTBE, UnB, UFRJ e EMBRAPA) do setor privado (ABBI) e do governo federal (MCTIC, MAPA, MME e MDIC). O GTT recomendou ao MCTIC que o conceito de Bioeconomia fosse adensado para fins de elaboração do Plano de Ação 2016 - 2022, razão pela qual optou-se por restringi-lo a apenas três subáreas: biomassa e tecnologias associadas, processamento de biomassas e bioprodutos. Nesse contexto, o CGEE realizou as seguintes atividades: 1) diagnóstico sobre a abrangência do tema Bioeconomia no Brasil e no mundo com vistas à identificação de estratégias em curso e de documentos de referência selecionados; 2) identificação da relação das diversas áreas da Bioeconomia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS; 3) levantamento de iniciativas nacionais públicas ou privadas em Bioeconomia e identificação do potencial de associação e cooperação para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos; 4) listagem de áreas e oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil; e 5) mapeamento de pesquisadores e grupos de pesquisa para a formação de potenciais parcerias.

✓ **Avaliação dos impactos da Lei de Informática**

As duas frentes de trabalho desenvolvidas nesse projeto pelo CGEE, quais sejam: a reformulação do marco legal e o apoio à formulação da agenda digital foram satisfatoriamente executadas nos prazos pactuados. Dessa forma, o desenvolvimento e o aprimoramento da sistemática de acompanhamento e avaliação da Lei de Informática procurou responder às orientações advindas do Tribunal de Contas da União que, por meio de seu acórdão 458/2014, definiu uma série de diretrizes visando ao aprimoramento de indicadores existentes, a formulação de novos indicadores, elaboração de formulários para levantamentos de informação adicionais e o estabelecimento de meta para o cumprimento destas exigências. A metodologia desenvolvida definiu critérios para inclusão e exclusão de indicadores levando em conta, dentre outros aspectos, a facilidade de acesso aos dados. A análise do contencioso da OMC foi realizada por meio da análise do documento principal gerado pela organização, no qual são apontadas as dimensões da política de informática brasileira, que estariam ferindo as regras internacionais de livre comércio. Foi considerada a existência de políticas industriais e de inovação similares em outros países bem como as possibilidades de readequação do marco legal e seus possíveis impactos sobre o setor de TIC no Brasil. O resultado final foi apresentado ao Ministério no início do segundo semestre. Por fim, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo CGEE no âmbito

desse projeto no que se refere ao apoio à formulação da Estratégia Digital Brasileira (EDB), o que implicou no desenvolvimento de uma consulta estruturada na web com alguns atores-chave e tomadores de decisão com o objetivo de averiguar a pertinência e a abrangência dos diversos temas envolvidos para definição posterior das diretrizes da EDB e subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). A consulta estruturada foi enviada a cerca de 140 destinatários e obteve um percentual de respondentes igual a 53%, considerado satisfatório, à luz do conjunto de consultas web realizadas pelo CGEE.

✓ **Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento**

Esse Projeto Temático teve como principal objetivo a criação, em estreita parceria com o Fórum do Futuro, de uma plataforma de comunicação eletrônica, buscando estabelecer um espaço de referência da informação científica sobre a agricultura e o alimento, que sirva de base para o diálogo entre a ciência e a sociedade. Como resultado, a Plataforma apresenta hoje uma interface gráfica amigável hospedada no site do Fórum do Futuro, com layout e design moderno e conteúdos apresentados em linguagem compreensível para o público em geral, de forma a melhor informar a sociedade brasileira e mundial sobre os reais benefícios da atividade agropecuária no Brasil.

✓ **Apoio técnico à consulta pública sobre telecomunicações**

O Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão incorporou solicitação da SETEL no sentido de que o CGEE apoiasse tecnicamente a elaboração e execução de consulta pública eletrônica sobre o conteúdo da minuta de Decreto Presidencial sobre o setor de telecomunicações. A minuta do Decreto faz uma revisão do marco regulatório do setor e atualiza a legislação existente de forma a alinhá-la às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997. O documento revogará o Decreto no 4.733/2003, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações. O questionário da consulta foi disponibilizado para uma lista de respondentes selecionados pela SETEL, assim como para um conjunto potencial de respondentes da sociedade brasileira, por meio de um link disponibilizado nos sites institucional do MCTIC e do CGEE. As respostas foram obtidas durante o período de 18/10/2017 à 17/11/2017, com o emprego da ferramenta *Insight Survey* do CGEE, e contou com a participação de 370 inscritos (indivíduos ou instituições que se interessaram pelo conteúdo do Decreto) e 89 respondentes.

Cabe destacar a abrangência e diversidade do conjunto de respondentes foi um dos aspectos positivos desse trabalho, na medida em que se alcançou interessados em número superior à composição dos convites originalmente feitos. Por orientação da direção da SETEL, o relatório final desse projeto omite a vinculação da identificação dos respondentes com as opiniões emitidas.

✓ **Modelagem e Automação dos Processos Finalísticos**

Esse projeto, de origem interna, é parte integrante de uma das Atividades desenvolvidas no CGEE intitulada “Desenvolvimento de competências e

ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento” e está diretamente ligado à estratégia estabelecida pela Diretoria do CGEE de aperfeiçoar, continuamente, seus processos gerenciais com foco no aumento da eficiência e na economicidade dos resultados a serem obtidos pelo Centro. No domínio da ação gerencial e da qualidade, dois importantes feitos foram alcançados em 2017. O primeiro foi a modelagem do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, cujas etapas foram identificadas, integradas e descritas em um processo de trabalho. Esse processo foi, também, utilizado para revisar e ajustar o Sistema Integrado de acompanhamento dos projetos do Centro e enriquecê-lo com mais dois módulos. Como resultado principal, o CGEE conta, agora, com uma ferramenta eletrônica que implementa os novos conceitos de gestão integrada de carteira de projetos, sobre um processo automatizado que aborda todas as etapas do ciclo de vida de um componente programático, além de fornecer aos Coordenadores de Projeto e Assistentes Administrativos uma ferramenta de trabalho para sua execução e gestão.

✓ **Gestão da Qualidade – Certificação ISO 9001**

No que se refere à gestão de qualidade, o CGEE teve sua certificação ISO 9001 do processo de compra de software e serviços correlatos atualizada para versão mais recente da norma ISO / ABNT (versão 2015). Foram realizados esforços para identificar modelagem de um Metaprocessos que englobasse as principais atividades comuns nos diversos projetos e estudos executados ao longo da existência do Centro. Como premissa para o desenvolvimento desse trabalho, o processo deveria ser genérico o suficiente para atender a qualquer tipo de projeto, mas com a capacidade de apresentar alternativas metodológicas concretas para o desenho dos projetos. Nesse sentido, foram utilizadas as experiências anteriores mapeadas pelo grupo de competências metodológicas do CGEE e o framework para desenho de estudos de futuro. Cada uma das etapas do Metaprocessos foi definida como um subprocesso, com sua descrição, a identificação de elementos de entrada e saída (insumos e produtos) e metodologias recomendadas (métodos e ferramentas).

✓ **Aperfeiçoamento do Ciclo de Inteligência em CTI**

Outro resultado alcançado no que se refere à elaboração de metodologias de trabalho consistiu na modelagem do Ciclo de Inteligência em CTI do CGEE, elaborado a partir de aplicações práticas de processos de análise de dados e informações em diversos projetos do CGEE. Com base na observação desses processos e de suas semelhanças e diferenças e, observando o arcabouço definido pelo Metaprocessos, buscou-se definir um modelo comum que servisse de base para o desenho de processos específicos, adaptados às necessidades de cada projeto, mas com uma linha metodológica única. O Ciclo em questão tem como referencial metodológico o Ciclo de Inteligência Competitiva, que sugere as etapas de Planejamento e Direção, Coleta de Dados, Análise, Disseminação e Avaliação como passos essenciais para a geração de conhecimento e inteligência em uma organização. A partir desse referencial teórico e da observação de que o ciclo, em última análise, é um ciclo PDCA (do inglês: Plan - Do - Check - Act), o Ciclo de Inteligência Tecnológica do CGEE foi desenhado na forma de grupos de processos (1. Identificar necessidades de Informação, 2. Coleta e

Armazenamento de Dados, 3. Explorar, Organizar e Analisar a Informação, 4. Produzir Resultados e Informações e 5. Avaliação) e de caminhos alternativos, permitindo o refinamento e retroalimentação do processo.

✓ **Exploração de dados e visualização de informações**

O reconhecimento e análise de padrões nas grandes massas de dados atualmente acessíveis permitem multiplicar a capacidade de atuação do CGEE, desde que as técnicas adequadas de extração, tratamento e carga de dados sejam empregadas para obter essa informação. Nesse sentido, o projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informações" visa fortalecer as competências do Centro, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise de dados de CTI disponíveis, ampliando seu portfólio de serviços e auxiliando o embasamento metodológico das suas demais atividades e ações. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse relatório, destacam-se: 1) o desenvolvimento de novas funcionalidades, incluindo a extração de novos tipos de dados, para o *plugin Insight Net* incluindo: melhorias na interface da ferramenta com o Insight Net Browser, incorporação de nova forma de realizar backup dos dados extraídos, melhorando assim sua rastreabilidade futura, incorporação de consultas visuais (com o mouse) na rede em análise, permitindo a exclusão de dados considerados irrelevantes diretamente no banco de dados e importação de atributos bibliométricos nas redes de artigos (resumos do *Web of Science* e *Scopus*). As inovações mais relevantes do período, entretanto, foram a) a reformulação da estrutura do banco de dados, que permite a importação de dados em formatos csv, viabilizando o cálculo de redes similaridade semântica de dados consolidados de artigos ou autores de saídas diferentes do formato BibTex anterior e facilitando a manutenção de bases únicas de bases de metadados de artigos e construir redes a partir de outros atributos desses metadados, b) a implementação de recurso de rastreabilidade das importações de dados, facilitando assim a capacidade do analista de manter registros adequados da análise e c) implementação, ainda experimental, de redes de co-ocorrência de palavras-chave, o que pode ser usado como passo inicial da construção de taxonomias de conhecimento de bases de dados extraídas; 2) No que diz respeito a atividades de consolidação e ampliação de metodologias para análise e visualização de dados, foi entregue a versão de produção do visualizador interativo de dados em *Javascript* de arquivos de redes (Insight Net Browser) com diversas melhorias, incluindo o aprimoramento da geração de nuvens de palavras, gráficos de espalhamento (*scatterplots*) e geração de histogramas com funcionalidades de agrupamento visual de nós da redes (a partir de termos nas nuvens de palavras, de atributos dos nós nos gráficos de espalhamento e de grupos de dados nos histogramas) e links para páginas para os documentos de origem (currículos Lattes ou artigos registrados no *Web of Science* ou *Scopus*). Na versão em desenvolvimento, ainda em testes, foram incorporados novas opções de criação de nuvens de termos a partir dos metadados dos nós que permitem uma melhor exploração de dados vindos das fontes *Web of Science* e *Scopus* e foi criada uma janela de Pesquisa Avançada que permite selecionar textualmente filtros complexos de atributos de nós das redes; e 3) Continuidade da redação de tutoriais e manuais para utilização de ferramentas de análise de dados e realização de ciclos de treinamento na ferramenta de análise de redes para empregados das equipes técnicas do Centro,

assim como de outras instituições usuárias das metodologias desenvolvidas pelo CGEE.

✓ Observatório de Tecnologias Espaciais

Em 2017, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao trabalho de identificar e monitorar alternativas objetivas de domínio de tecnologias para o setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites (AOCS, do inglês *Attitude and Orbit Determination Control System*) e sistemas imageadores nas faixas espectrais do visível e do infravermelho de ondas curtas (SWIR, do inglês *short wave infrared*) para operar a bordo de satélites. Com vistas ao desenvolvimento desse trabalho e também à elaboração do documento *Cubesats*, da série Documentos Estratégicos para o Setor Espacial do CGEE, foram contratados três consultores para fornecer informações sobre câmeras SWIR, sistema de controle de atitude e órbita e engenharia de sistemas para uma plataforma *cubesat*. Ao todo, foram entregues nove produtos: três sobre câmeras de imageamento no visível e no SWIR, três sobre AOCS e três sobre engenharia de sistemas para acomodar esses dois subsistemas e os demais subsistemas que comporão o projeto de desenvolvimento do *cubesat*, além dos relacionados ao segmento solo e lançador. Dessa forma, foi concluído o projeto BRISA (*BRazilian Imager for Swir Applications*), que visa o desenvolvimento de um *cubesat* capaz de fornecer imagens do território brasileiro nas faixas do visível e do SWIR. Foram propostas duas soluções para a sua concretização: uma com maioria de equipamentos comprada no exterior e outra com maioria de equipamentos desenvolvida no País. Em ambas as soluções, a engenharia de sistemas, óptica e controle de atitude, assim como a montagem e testes do satélite, serão inteiramente nacionais. O OTE deu continuidade ao processo de coleta de informações sobre as duas tecnologias de interesse do setor espacial brasileiro (em particular, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), definidas em 2015. Foi utilizada nesse processo a ferramenta *InsightData*, tendo sido acumulados, até o dia 31 de dezembro de 2017, 2.375.396 documentos sobre AOCS, 11.018 documentos sobre AOCS para *cubesats*, 3.346.072 documentos sobre *cubesats* em geral, 361.928 documentos sobre SWIR e 3.853 documentos sobre SWIR associados a *cubesats*. Esses documentos englobam artigos técnicocientíficos, patentes e notícias veiculadas em vários meios de comunicação. Esse acervo está sendo analisado de forma a gerar informações que sejam relevantes para o setor espacial brasileiro e para apoiar os trabalhos em andamento no âmbito do OTE. No primeiro semestre, foi finalizado o quarto número do Boletim do OTE. Nessa edição foram mostradas duas tendências tecnológicas de grande potencial para o desenvolvimento do setor espacial no Brasil e no mundo. São elas: o desenvolvimento de satélites de alto rendimento (*HighThroughput Satellites*), que utilizam *transponders* com alta capacidade de comunicação (banda Ka), e desenvolvimento de tecnologias de coleta de energia solar no espaço para ser transmitida para a Terra (*space-based solar power*). São apresentados também os últimos números relacionados ao lançamento de *cubesats* no mundo. Houve um aumento considerável de lançamentos desses artefatos no primeiro semestre deste ano. No segundo semestre, foi finalizado o quinto número do Boletim do OTE, na qual são apresentadas matérias sobre o programa Leonidas (*Low Earth Orbit NanoSatellite Integrated Distributed Alert System*), o panorama da criação

de startups no setor espacial e algumas das últimas notícias que tratam de satélites de pequeno porte. São mostrados dados atualizados sobre lançamentos de *cubesats* no mundo. Ocorreram 799 lançamentos até 28 de novembro de 2017, o que já supera o número de lançamentos dos últimos anos.

A equipe do OTE publicou o artigo intitulado *Design for Autonomy: integrating technology transfer into product development process* (T. Wekerle et al.), no *Journal of Industrial Integration and Management*, Vol. 2, No. 1 (2017) 1750004 (26 pages). Esse artigo trata de uma aplicação direta de algumas ferramentas utilizadas pelo OTE para auxiliar um projeto importante para o setor espacial brasileiro, que é um atuador hidráulico para uso em foguetes.

A divulgação do trabalho do OTE foi intensa, a partir de contatos feitos pela direção do Centro e a equipe técnica do Observatório junto a representantes (1) do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro (DCT), em três eventos denominados Café da Inovação Tecnológica, em Brasília; e (2) da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, no Comando da Marinha, em Brasília. No âmbito desse protocolo, o OTE ofereceu ao Exército Brasileiro (EB) parceria para a construção do *cubesat* BRISA. O Departamento de Ciência e Tecnologia, em resposta a esse oferecimento de parceria, entendeu que o projeto BRISA apresenta potencial para atender de forma segura às demandas da EB e dotar o País de autossuficiência em um setor crítico para a soberania nacional.

✓ **Serviços de Informação de RH para CT&I**

O objetivo desse Serviço é o de aperfeiçoar e desenvolver ferramentas, insumos e materiais para ofertar dados, informações e análises sobre mestres e doutores no País, direcionados a diferentes potenciais usuários que operem na tomada de decisão sobre a formação e o emprego de mestres e doutores no país. Para esse fim, estratégias de oferta de informação, inseridas em um Plano de Negócios, contemplaram a identificação do cliente e o escopo de sua demanda, a definição dos dados, os tipos de análises, os formatos de entrega de produtos e os tipos de serviços e periodicidade em que são ofertados.

Parte do trabalho realizado em 2017 orientou-se para o atendimento da produção de dados e informações para projetos em desenvolvimento no CGEE como, por exemplo: a) o de implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDR), realizado em estreita parceria com a SESU/MEC, para o qual foram produzidos dados demográficos e de formação e emprego de recursos humanos atuando nas três sub-regiões piloto escolhidas; e b) o de Prospeção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica, com a preparação de conjunto de dados sobre os recursos humanos pós-graduados envolvidos na área e subáreas de Energia Elétrica identificadas por esse projeto administrativo.

Outro serviço prestado, nesse caso para o MCTIC, foi o de produzir um conjunto de dados do Brasil para o projeto *Careers of Doctorate Holders* (CDH), da OCDE. Nele foram consolidados dados censitários sobre a formação (1996 a 2014), o sexo, o emprego e a remuneração (2014) dos doutores titulados no Brasil e exterior, que passaram a integrar as estatísticas oficiais do Projeto CDH. A OCDE lançou esses resultados no encontro da rede *National Experts on Science and Technology Indicators* (NESTI) da OCDE, realizado em Madrid, em dezembro de

2017. De acordo com a representante do MCTIC presente nesse evento, "foi possível incluir o Brasil no grupo de países que produzem regularmente esses dados, que são amplamente divulgados pela OCDE...". A pronta resposta do CGEE a essa demanda e foi mencionada de forma muito positiva.

No que se refere à aquisição e manutenção das principais fontes de informação utilizadas rotineiramente pelo Serviço, cabe destacar a aquisição e tratamento das bases da RAIS 2015 e 2016 e a continuidade das negociações com a Capes para o acesso à base atualizada de mestres e doutores constante da Plataforma Sucupira.

Por fim, a equipe técnica do Serviço propôs uma metodologia exploratória para a ampliação das análises sobre a formação dos RH para CT&I, que utiliza a produção científica para avaliação de impacto de programas de formação.

✓ **Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável**

Durante o ano de 2017, diversas tarefas previstas neste projeto foram conduzidas, com destaque para:

a) Prosseguimento da alimentação do repertório de informações constantes do Portal das Renováveis. Após a adição de uma carga expressiva de dados, executada desde 2016, efetuou-se uma varredura nas informações sobre fornecedores de equipamentos, serviços e produtos nas três esferas de energias renováveis disponíveis, solar, eólica e biomassa; nos dados referentes aos institutos de pesquisa; e nos mecanismos de colaboração. O Portal dispõe, hoje, de aproximadamente 3.000 cadastros, sendo que cerca de 750 em inglês e português. Por fim, uma quantidade considerável de dados foram georeferenciados, fazendo com que o mapa do Portal tome a forma e a configuração planejada inicialmente.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) manifestou interesse na utilização do Portal, inclusive como elemento de sustentação da participação brasileira na iniciativa internacional Missão Inovação (*Mission Innovation - MI*), que visa o desenvolvimento das energias renováveis e da eficiência energética para o cumprimento do Acordo de Paris.

O trabalho de refino de fornecedores de equipamentos, serviços e produtos, usinas e destilarias, mecanismos de colaboração e institutos de pesquisa esteve focado nas atividades voltadas para a valorização energética da biomassa, os biocombustíveis, inclusive de segunda geração e o biogás, o que permite um extenso mapeamento de competências tecnológicas em bioenergia no país;

b) Os estudos sobre as oportunidades de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação ligadas ao desenvolvimento sustentável do etanol de segunda geração (E2G) estão voltados à realização, em coordenação com a Plataforma para o Biofuturo (BFP), de uma consulta estruturada sobre o estado da arte dos biocombustíveis avançados de baixo carbono. A tarefa compreende a concepção, teste e aplicação de um questionário elaborado de modo participativo por responsáveis de países selecionados e organizações parceiras, dentre as quais o CTBE, o DRN/MRE, a Embrapa, o IEA e a Irena. A sondagem, que está sendo realizada com o ferramental de consulta web do Centro, inclui aspectos como políticas governamentais, investimentos, pesquisa e inovação, produção e

comércio de biocombustíveis convencionais e avançados, de baixo carbono e de bioprodutos.

O mapeamento das políticas implementadas pelos principais países serviu de base para a confecção do relatório Estado da Arte da Tecnologia E2G no Mundo, no segundo semestre, uma imagem do presente que mostra como diferentes nações, com distintas realidades, estão lidando com a emergente bioeconomia avançada. Na sequência será efetuada uma análise prospectiva da evolução do E2G e da bioeconomia no Brasil, no horizonte temporal de 2030, com previsão de conclusão em 2018;

c) Em 2017 o CGEE deu continuidade a importantes trabalhos de articulação Internacional Tripartite (América Latina/África/Europa) no tema Terras Secas - Os trabalhos em andamento visam a construção de um programa científico voltado a aprofundar os estudos referentes ao Atlântico Tropical e ao desenvolvimento sustentável das zonas áridas e semiáridas, principalmente da América Latina e África, frente às mudanças climáticas. Nesse sentido, o CGEE participou de eventos regionais voltados a abrir espaços para uma colaboração transatlântica entre as instituições, os pesquisadores e os tomadores de decisão, nacionais e internacionais, em relação aos desafios dos objetivos das pesquisas, da inovação e da formação. Nesse contexto, também se buscou definir eixos de pesquisas, de formação e inovação sobre as temáticas do Oceano Atlântico, suas conexões e seus impactos nas zonas áridas e semiáridas adjacentes, e articular um Fórum para propor ações de políticas públicas a médio e longo prazo, nas escalas nacional, regional e internacional, com base nos conhecimentos científicos. O Centro também participou dos esforços para oficialização da RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir, assim como no desenvolvimento de um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para a rede.

Em âmbito nacional, o CGEE se articulou com várias ONGs que conformam a Articulação no Semiárido (ASA), com o objetivo de discutir como a sociedade civil da região Nordeste pode se envolver e apoiar a implementação dos ODS (01 Pobreza, 02 Segurança Alimentar, 06 Água e 15 Degradação da Terra e Desertificação) que incidem diretamente no processo de desenvolvimento do Semiárido. O Centro contribui substancialmente para as tratativas de construção de um acordo institucional voltado a harmonizar e integrar o Portfolio de Tecnologias para o Desenvolvimento do Semiárido (em desenvolvimento com instituições parceiras como Embrapa Semiárido - PE, Funceme - CE, NUTEC - CE, Ministério do Desenvolvimento Social, Projeto Dom Helder Câmara - PE e BNB) com o Banco de Dados de Tecnologias Sociais em desenvolvimento pelo Instituto Argentino de Investigação em Zonas Áridas (IADIZA). Espera-se se chegar à formalização de um Acordo Técnico de Cooperação em 2018 para a organização conjunta de um Portfolio de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento das Terras Secas da América Latina; e

d) Como previsto em seu plano de trabalho, o CGEE tem realizado e participado de reuniões e de eventos nacionais e internacionais, de concertação sobre os temas da agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável, debatendo e disseminando as contribuições do Centro relacionadas à inovação em energias renováveis, bioenergia e bioeconomia e ao desenvolvimento das Terras Secas no Brasil, América Latina e África. Os

principais interlocutores no Brasil têm sido MCTIC, MMA, MRE, EPE, FBMC, ABBI, CTBE, CentroClima e ICS.

Por indicação do Itamaraty, o CGEE participou de evento no âmbito da *BioFuture Platform* denominado Below50/LCTPi/WBCSD, ocorrido durante a *EU Sustainable Energy Week*, na Comissão Europeia em Bruxelas. O CGEE esteve presente, também, na Conferência "*Rising Powers and Interdependent Futures*" em Manchester, Inglaterra, de encerramento de um ciclo de 12 projetos britânicos.

Em novembro, o CGEE organizou o evento "*Bioeconomy for Climate Change Mitigation*" no Espaço Brasil da COP 23, em Bonn, Alemanha, quando foi lançada a publicação do Centro "*Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals - Advanced low-carbon fuels for transport and industry*". Também durante a COP 23 houve a participação dos representantes do Centro no *Biofuture Platform Focal Points Meeting*, para debater e aprovar o plano de trabalho da BFP para 2018. Além disso, o evento oficial brasileiro na COP 23 foi co-organizado neste ano pelo Brasil e o CGEE, como entidade observadora oficial da Convenção, sob o título *Biofuture@COP23 High Level Event*. Nele, o Centro apresentou os resultados do *I Biofuture Summit* e o *State of the Advanced Low-Carbon Bioeconomy Report*.

Finalmente, membros da equipe técnica do Centro participaram do *International Sustainable Drylands Meeting*, organizado pelo Instituto Potosino de *Investigación y Tecnología*, em maio, em San Luis do Potosí, México. O evento teve como objetivos (i) inaugurar oficialmente a RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir; (ii) desenvolver um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para RISZA; e, (iii) definir metas e atividades de curto, médio e longo prazos, indicadores e estratégias para atender aos ODS 13, 14, 15 e 17.

✓ **Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional-CDR**

Ao longo de 2017, um conjunto importante de atividades de planejamento e de implementação foi realizado e se divide em três níveis de estruturação: i) no plano da coordenação do projeto junto ao MEC/SESU e parceiros da articulação federal, como o CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES; ii) no plano da articulação local/regional, com a instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional - CDR e das coordenações das experiências piloto, que no ano de 2017 somaram três experiências (CDR Campanha no RS, CDR Campina Grande na PB e CDR Sudoeste Paulista em SP); e iii) no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR, com a seleção e a montagem de bancos de dados e informações e bases qualitativas que posicionam, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional adotado para a construção da proposta do programa nacional.

Considerando os níveis de estruturação mencionados, foram realizadas no plano da coordenação do projeto CDR, com a participação e apoio do MEC/SESU e os parceiros da articulação federal as seguintes atividades: i) Seminário Internacional em Campina Grande, com o apoio da CEPAL, de lançamento do Projeto; ii) apresentação no CGEE do Marco Inicial do Projeto CDR, em conjunto com

MEC/SESU, na presença dos parceiros nacionais e lideranças regionais/locais foco da experimentação dos projetos-piloto; iii) reuniões de trabalho com o MEC/SESU para a seleção das três regiões de experimentação dos pilotos, tendo sido selecionadas as regiões de Campina Grande/PB, Região da Campanha/RS e Sudoeste Paulista/SP; iv) reuniões do GT Carteira do Projeto CDR, este composto pelo CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES, que resultaram na apresentação de um quadro geral com sugestões de linhas de apoio e financiamento dessas instituições ao futuro Programa Nacional em construção, mas que já serão objeto de experimentação nos pilotos CDR no biênio 2017/2018; e v) elaboração de estudo conjunto, entre o CGEE e Câmara dos Deputados /CEDES, sob o título "Participação das instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável: construindo uma agenda de política dirigida" para a Serie Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados /CEDES.

No plano da articulação local-regional, em conjunto com os CDR-Campanha/RS, CDRCampina Grande /PB e CDR Sudoeste Paulista/SP, foram desenvolvidas as seguintes atividades: i) instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional-CDR e instituição das coordenações das experiências piloto; ii) apresentação e aplicação da metodologia de trabalho prevista aos três CDR; iii) contratação das instituições gestoras dos CDR, assim como nomeação dos coordenadores e dos interlocutores regionais das experiências piloto; e iv) realização das Oficinas de Alvos de Trabalho nos três CDR.

Por fim, no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR sobre os alicerces socioeconômicos e tecnocientíficos das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, assim como nas mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional do Projeto, foram estruturados: i) mapas de informações, dados e análise de redes de RH para CT para os três pilotos; ii) mapas de informações, dados e análises pertencentes à base da socioeconomia das três regiões piloto; iii) mapas de informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais -APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe da RedeSIST; e iv) mapas de informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe de pesquisadores do Instituto de Economia da UNICAMP.

✓ **Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras (PRIMAR)**

Em 2017, houve avanços significativos no sistema integrado de coleta descentralizada, armazenamento, processamento e análise de informações para empresas sobre indicadores de inovação. Tal como concebido, esse sistema se estrutura em três módulos principais, a saber: 1) Módulo de registro de empresa e *login*, por meio do qual são coletadas informações mínimas de registro da empresa e realizadas verificações básicas de validade das informações CNPJ e e-mail, inseridas para permitir o acesso aos subsistemas de coleta e disseminação; 2) Subsistema de coleta e armazenagem de dados, que disponibiliza às empresas formulário eletrônico de captura dos seus dados, relacionados com os indicadores de inovação desenvolvidos. Esta versão foi

construída sobre a ferramenta do CGEE *Insight Survey*, que consiste de um arcabouço padrão para elaboração de formulários eletrônicos. Uma vez conectada à parte restrita do Primar, a empresa poderá acessar a essas funcionalidades. Em especial, poderá complementar seus dados básicos, necessários para sua correta categorização em seu grupo de comparação, e abrir o formulário de coleta de dados sobre suas capacidades de gestão de inovação. Nesse módulo, a empresa também poderá realizar a impressão do formulário e, ao final do preenchimento, acessar o seu relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking); 3) Subsistema de disseminação e armazenagem de dados. O armazenamento dos dados coletados foi aprimorado em relação à versão anterior, com o uso de gerenciador de base de código aberto, de alto desempenho, sem esquemas, orientado a documentos. Essa tecnologia traz benefícios diretos em flexibilidade, desempenho e adequação ao tipo de dados que será armazenado, bem como permite introduzir modificações no formulário de consulta sem gera incompatibilidades durante o processo de captação das informações. Esse módulo é o responsável pela geração das visualizações gráficas de todos os indicadores compostos e intermediários, integrando dois mecanismos de visualização. O primeiro, já existente, consiste na geração do relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking). O segundo, baseado na ferramenta de *business intelligence Pentaho*, software livre, consiste em painéis de gráficos dinâmicos que apresentam os indicadores com possibilidade de navegação e aplicação de filtros bem como outras facilidades para compreensão da metodologia de geração das informações apresentadas. Por meio desse módulo, a empresa participante do Primar tem acesso à sua situação e comparação com as empresas de igual trajetória tecnológica ou origem de capital. Como subsídio à visualização da informação, foi desenvolvida uma base de dados dedicada ao módulo, na qual se consolidam as respostas de cada empresa em ambiente estruturado e seguro. Para essa base de dados foi utilizado o gerenciador PostgreSQL, software livre, de ampla utilização pelas empresas nacionais e internacionais. Um processo de tratamento, limpeza e carga de dados também foi estabelecido. O módulo de visualização utiliza essa base para apresentar os painéis de informação ao usuário final.

O sistema desenvolvido está disponível no ambiente de homologação, acessível no link: <https://www.cgEE.org.br/web/primar/>.

✓ **Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira**

As atividades conduzidas nesse projeto pelo CGEE dão sequência ao apoio técnico dado pelo Centro à Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTIC) na construção da Estratégia Digital Brasileira e tiveram como objetivo gerar subsídios técnicos para a elaboração da versão final do documento Estratégia Brasileira para a Transformação Digital coordenado pela SEPIN e construído em sua versão preliminar com o apoio do Grupo de trabalho Interministerial instituído pela Casa Civil da Presidência da República.

Para tanto, a versão preliminar deste documento deveria ser colocada em consulta pública, seus resultados tratados e analisados para serem passíveis de incorporação pelo MCTIC. A referida consulta foi concebida e planejada pelo CGEE, em estreita parceria com a equipe técnica da SEPIN, de forma a que fossem definidos o seu foco temático e o conjunto de questões a serem

respondidas. Optou-se pela ênfase nas ações estratégicas propostas no documento e nos principais gargalos e desafios a serem enfrentados pela Estratégia. O resultado final foi um conjunto de questões objetivas e discursivas organizadas em nove eixos temáticos.

A consulta foi executada pelo CGEE com uso da ferramenta *InsightSurvey* e ficou aberta para contribuições durante 50 dias, com término em 20 de setembro. Além da divulgação nos canais oficiais do Governo e da cobertura dos meios de comunicação tradicionais, o convite para participação na consulta foi enviado para um conjunto de 640 atores selecionados, ligados ao Grupo de Trabalho Interministerial, além de outros setores relevantes para o contexto da Estratégia. O questionário eletrônico foi acessado por cerca de mil pessoas, tendo recebido um total de 707 respostas. As questões objetivas foram tratadas estatisticamente e seus resultados analisados pela equipe do CGEE. As questões discursivas foram tratadas e organizadas em redes de similaridade semântica, utilizando-se para tal a ferramenta *InsightNet* desenvolvida pelo CGEE. As redes assim geradas foram analisadas e as principais contribuições, protegidas por sigilo e apresentadas de forma não identificada, constam do relatório final apresentado à SEPIN.

✓ **Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem**

Este projeto, que teve como objetivo desenvolver e testar um arcabouço metodológico para análise dos impactos fiscais da Lei do Bem, foi elaborado a partir da hipótese de que o incentivo fiscal, ao impulsionar a inovação nas empresas, gera um ciclo virtuoso com impacto positivo na arrecadação fiscal a partir das empresas incentivadas.

Para testar essa hipótese, dois aspectos centrais foram considerados: em primeiro lugar, o desenvolvimento de um modelo econométrico que permitisse mensurar o resultado líquido da arrecadação fiscal a partir do incremento de receitas provenientes de produtos novos que tenham sido desenvolvidos com o apoio do incentivo fiscal recebido; e, em segundo lugar, em complementação aos dados para alimentar o modelo obtido diretamente no MCTIC, o levantamento de dados e informações primárias junto às empresas que comporiam a amostra a ser utilizada no projeto. Dessa forma e em articulação com a SETEC/MCTIC, definiu-se que o arcabouço metodológico proposto seria aplicado em uma amostra de cerca de 30 empresas, selecionadas por sorteio, extraídas de um universo estratificado pelo tamanho das unidades consideradas, definido pela magnitude do seu faturamento. Visitas presenciais às empresas foram agendadas para coleta das informações necessárias ao desenvolvimento da metodologia proposta. No entanto, o processo inicial de levantamento de dados junto ao MCTIC levou mais tempo do que o previsto, de modo que as entrevistas presenciais tiveram início efetivo apenas em maio. Por este motivo, e com a anuência do MCTIC, o projeto teve seu término prorrogado para 30 de junho de 2018, o que permitiu que os meses de maio e junho pudessem ser integralmente dedicados aos contatos e visitas às empresas selecionadas e ao aperfeiçoamento da abordagem metodológica inicialmente proposta. Os resultados obtidos mostraram que, em média, para cada real recebido a título de incentivo fiscal, foram gerados dois e meio reais de arrecadação adicional. Este é um resultado bastante expressivo e positivo, mas o teste-piloto também evidenciou que há

grande variação dos resultados entre setores econômicos. Neste sentido, uma das conclusões do estudo refere-se à necessidade de refinamento da ponderação dos fatores do modelo econométrico vis-à-vis as especificidades da dinâmica e do ciclo de vida das inovações nos diversos setores da economia. Este procedimento deverá, também, orientar a aplicação do modelo em uma amostra estatisticamente significativa de empresas.

✓ **Projetos de apoio a políticas e programas coordenados pelo MEC**

Ao longo de 2017, o CGEE conduziu um conjunto expressivo de projetos em apoio a programas e políticas na área de educação inseridas na programação do Contrato de Gestão, que tem o MEC como interveniente. Das principais atividades conduzidas destacam-se:

a) Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET) Essa atividade envolve uma análise ampla do Programa de Educação Tutorial (PET), buscando avaliar o impacto da formação proporcionada na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes e a contribuição do Programa na dinamização do ambiente acadêmico dos cursos e universidades aos quais os grupos estão vinculados. O PET foi criado em 1979 e passou a ser conduzido pela SESU/MEC a partir de 1999. Ele é destinado a estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior do País organizados em grupos tutorados por um docente. O trabalho desenvolvido nesses grupos é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa experimentou um aumento expressivo no número de grupos apoiados, que passou de 295 em 2005 a 428 em 2009. Em 2010 foram contabilizados 779 grupos, número que atingiu 842 em 2016. O PET está implementado em todas as unidades da Federação e envolve dezenas de instituições de ensino e pesquisa, milhares de alunos, centenas de tutores e um grande volume de recursos financeiros. Em reuniões da equipe do CGEE com o MEC contando com a participação do secretário da SESU, Diretores da DIFES e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior definiu-se que os principais alvos dessa avaliação seriam: (1) realização de estudo sobre o percurso formativo para a pós-graduação e as características do emprego formal dos egressos, visando avaliar o impacto do programa na vida do egresso e na sociedade, a partir da sua inserção no mercado de trabalho; (2) avaliação da produção científica dos egressos do programa, tendo como referência os indivíduos, o grupo PET e outros grupos relevantes para essa avaliação e suas relações de colaboração, a partir de dados fornecidos pelas SESU/MEC, visando analisar as conexões dos indivíduos e dos grupos com seu entorno acadêmico; e (3) avaliação das outras dimensões do programa, como as atividades de extensão e docência, visando captar a capacidade dos egressos em interagir com o ambiente acadêmico. As análises devem levar em conta o perfil dos diferentes arranjos de grupos, como o tamanho, as áreas do conhecimento, as composições multidisciplinares e institucionais, a natureza jurídica das instituições às quais pertencem, as regiões geográficas e o tempo de duração dos grupos, entre outras possibilidades. Os próximos passos são a intensificação da articulação com o MEC para obtenção da base de dados do programa para cruzamento destas com as bases de dados de pós-graduação e emprego, já disponíveis no Centro, de forma a tornar possível o pleno atingimentos dos objetivos da avaliação.

b) Elaboração do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Nesse caso, o objetivo central é o de elaborar um Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT), por meio da análise da demanda presente e futura por recursos humanos de nível técnico e a oferta de cursos para a formação profissional. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver uma plataforma tecnológica para dar suporte à operação do MEPT, como ferramenta de planejamento da oferta de vagas de EPT pela SETEC/MEC. Nessa etapa, prevê-se o desenvolvimento da versão final do Mapa e da ferramenta correspondente, compreendendo: (a) aprofundamento da visão da estrutura da oferta de instituições, cursos, modalidades, egressos da educação técnica e profissional, incorporação dos cursos FIC; (b) aprofundamento da análise sobre a espacialidade definitiva do Mapa; (c) revisão e aperfeiçoamento da análise das dinâmicas econômicas regionais; (d) melhor apropriação das características do mercado de trabalho, incluindo hipóteses de outras composições setoriais para os estudos das elasticidades-emprego do produto estimadas.

Já a ferramenta eletrônica (plataforma) permitirá a integração sistemática das informações e a visualização de diferentes estimativas de demandas decorrentes dos cenários definidos. Nesse período, as equipes técnicas e a direção superior do CGEE e do MEC se articularam a realização dessa etapa do MEPT, com dois objetivos: 1) garantir o desenvolvimento de uma ferramenta gestão adequada à SETEC/MEC e 2) acessar e utilizar as bases de dados da SETEC/MEC para a Educação Profissional e Tecnológica, o SISTEC. Em paralelo, foi dada continuidade aos trabalhos com a conclusão da 1) atualização dos dados macroeconômicos e de investimentos para o modelo econométrico, que fornece dados para a simulação da dinâmica econômica sub-regional; 2) cálculo das elasticidades do emprego/ocupações nos setores e no território; e 3) análise da oferta de vagas e cursos, e sua distribuição no território, a partir dos dados do Censo Escolar do Inep. A combinação dos dados de oferta e das elasticidades do emprego está sendo utilizada para a definição da regionalização/escala(s) de operação do Mapa; 4) da definição dos requisitos para a ferramenta eletrônica, a partir dos dados disponíveis na base do SISTEC, Censo do Ensino Básico do Inep e dados da demanda provenientes dos modelos econométricos adotados.

Na próxima etapa estão previstas: 1) a elaboração da versão definitiva do Mapa com a confrontação dos dados de oferta de vagas da EPT e as estimativas de demanda por ocupações nos próximos 15 anos. Note-se que foi utilizado o Censo Escolar do Inep, com a possibilidade de substituição pelo MEC dos dados do SISTEC revisados; e 2) a validação dos requisitos com a área técnica da SETEC/MEC e desenvolvimento da ferramenta eletrônica de operação do MEPT.

c) Mapa da Educação Superior no Brasil Este estudo visa produzir e articular um largo conjunto de informações para a elaboração do Mapa da Educação Superior (MESUP) analisando e confrontando a demanda presente e futura de recursos humanos de nível superior e a oferta de cursos para a formação desses quadros. Pretende-se, também, desenvolver uma plataforma tecnológica para operar MESUP como ferramenta de planejamento das ações da SESU/ MEC, tendo em vista o apoio ao planejamento estratégico da expansão da educação Superior nos próximos anos.

A experiência anterior do Centro no desenvolvimento do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica serviu de balizamento para a proposta do MESUP, consideradas, naturalmente, pelas adaptações necessárias às características específicas da educação superior.

O mapa deve incluir a educação pública e privada e utilizará como fonte principal de dados da oferta o Censo da Educação Superior do INEP/MEC. Os trabalhos serão desenvolvidos com foco em três tópicos: 1) a oferta de formação de pessoal de nível superior; 2) o estudo da dinâmica econômica, nacional e sub-regional, com cenários prospectivos para os próximos 15 anos; e 3) o reatamento da dinâmica econômica no perfil ocupacional demandado nos próximos anos. Uma das questões centrais do Mapa recairá sobre as interfaces entre esses tópicos: (1) a relação entre os setores de atividade econômica e os respectivos perfis ocupacionais; e (2) a relação entre as ocupações projetadas, atuais e futuras, e os cursos de formação correspondentes. A relação ocupação-curso deverá ser balizada pelas regulamentações profissionais e pelo estudo de egressos da educação superior. O recorte territorial de referência será adequado para o planejamento das ações da SESU/MEC. Ademais, o estudo de egressos visa aprofundar a compreensão sobre os percursos formativos, que também se apresentam como subsídios ao planejamento daquele Ministério.

As próximas etapas incluem o acesso à base de dados identificados de diplomados do ensino superior (INEP) para o cruzamento com a RAIS (2014 e 2015), já disponíveis no CGEE, e a base de pós-graduação da Capes, em processo de aquisição.

✓ **Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI**

No segundo semestre de 2017 a direção do CGEE e a do CNPq mantiveram entendimentos no sentido de que a competência do CGEE para atuar em apoio à elaboração de cenários prospectivos e no desenvolvimento de métodos e ferramentas em inteligência em CT&I, capazes de lidar com grandes volumes de dados oriundos de distintas fontes, fossem incorporadas às atividades executadas rotineiramente pelas equipes técnicas desse Conselho. O Projeto Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI tem como principal objetivo, portanto, a Incorporação de métodos e ferramentas desenvolvidos pelo CGEE na construção de metodologias aplicadas à elaboração de cenários prospectivos de desenvolvimento institucional e avaliação de programas executados pelo CNPq.

Como principais resultados de 2017 destacam-se: a) uma fase inicial de elaboração e execução de uma prova de conceito para uma avaliação preliminar de resultados do Programa SISBIOTA Brasil, na qual foram obtidas evidências empíricas da aceleração da colaboração científica entre pesquisadores dos 39 projetos do Programa em todo o País; b) determinação de necessidades e definição de objetivos para a colaboração, com ênfase na transferência de conhecimento do CGEE para o CNPq dos métodos a serem desenvolvidos, com foco inicial em uma avaliação de resultados de geração de tecnologia e inovação do Programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, avaliação de resultados dos programas de Ciências Ambientais, aprofundamento da avaliação

de resultados iniciada no Programa SISBIOTA Brasil e apoio na elaboração de cenários prospectivos para a ação futura do CNPq; e c) realização, em 18 e 19 de dezembro de 2017, de curso básico de capacitação em ferramentas e métodos de inteligência em CTI desenvolvidos pelo CGEE para um grupo de analistas do Conselho.

✓ **Produção e disseminação de informação**

Em 2017 os serviços de disseminação completaram etapas importantes de consolidação das ações de divulgação dos trabalhos do CGEE e segue com o objetivo de ampliar a repercussão dos trabalhos realizados no CGEE junto aos dirigentes do SNCTI e ao público em geral. Foram desenvolvidas ações, tanto no âmbito da comunicação interna quanto da externa, com a finalidade de reforçar a divulgação da identidade do Centro. No que se refere ao plano de publicações anual, parte das estratégias e atividades de comunicação externa, além de dois livros impressos ("A ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros - percepção pública da C&T no Brasil 2015" e "*Second generation sugarcane bioenergy & biochemicals*"), duas edições da Revista Parcerias Estratégicas (Números 44 e 45) e um Relatório Anual, também foram publicados mais dois livros - "A importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global" e "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" - e dois resumos executivos - "A Formação de Novos Quadros para CT&I: Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - PIBIC" e "Etanol de segunda geração" - como parte do investimento em novos formatos de publicação. Foram também produzidos conteúdos e peças de comunicação direcionadas a públicos específicos, como: a publicação semestral da Palavra do presidente endereçada aos associados e representantes do Conselho de administração do CGEE, com breve relato das ações desenvolvidas pelo Centro, em formato digital; e, a produção de vídeo institucional, sobre o estudo PIBIC, cujo foco foi divulgar o impacto da iniciação científica para o ensino superior e para a sociedade e a importância de estudos como esse realizado pelo CGEE. Como parte da estratégia de ampliar a visibilidade, o Centro buscou uma participação diferenciada em dois eventos nacionais de CT&I de ampla repercussão. O primeiro evento refere-se à 69ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além da exposição das publicações no estande, o CGEE realizou as seguintes atividades: i) demonstração do uso de ferramentas desenvolvidas pelo Centro e a aplicabilidade em seus estudos e projetos; ii) apresentação dos resultados da avaliação do Pibic durante a programação da ExpoT&C denominada "Jovens na Ciência"; iii) lançamento da publicação sobre Percepção pública da C&T no Brasil, ocorrida no café literário da programação da SBPC. Outro tradicional evento na área no qual o Centro participou foi a 14ª SNCT, realizada em outubro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília (DF). A temática da edição deste ano foi "A matemática está em tudo" e o Centro apresentou o projeto "A matemática nas redes do CGEE", visando demonstrar, em uma linguagem acessível ao público em geral, como a matemática também está presente nas atividades da instituição. Nesse contexto, foi desenvolvido um painel, onde foi exposto para o público como o conceito de redes sociais foi criado e como ele é utilizado nos estudos prospectivos e avaliações de políticas e programas de ciência, tecnologia e inovação do Centro. Em uma atuação mais proativa, foram

realizados também dois eventos de divulgação de resultados de trabalhos do CGEE. Para tanto, após um mapeamento de todas as ações do CGEE, foram pensadas estratégias para a divulgação dos estudos que poderiam ter mais impacto, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento. Tais estratégias foram descritas no plano de comunicação e no plano de publicações de 2017 e os estudos contemplados foram: "*Second-generation sugarcane bioenergy and biochemicals: advanced low-carbon fuels for transport and industry*", lançado durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23). Além da publicação, foram elaboradas peças de comunicação para divulgação nas mídias sociais e, em inglês, para distribuição para o público presente no Espaço Brasil, em Bonn, Alemanha; e a "A Formação de Novos Quadros para a CT&I - Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic", como já mencionado, o projeto foi um dos destaques do CGEE durante a Reunião Anual da SBPC. Foram produzidos release, folder com os principais destaques, o resumo executivo do estudo e um vídeo com os principais destaques do projeto. Ainda nesse contexto, o CGEE tem investido na realização de rodadas de apresentação institucional (*roadshow*) a potenciais clientes e parceiros no SNCTI. As apresentações de 2017 foram planejadas e organizadas em conjunto pelas equipes técnica, de comunicação e a diretoria. Foram realizadas visitas às secretarias do MCTIC (SEPIN, SETEC e SEPED), Caixa Econômica Federal, ABDI, MDIC, TSE, TCU, à Embrapii, à Finep, ao Ministério da Defesa, à Marinha, entre outros órgãos e instituições. Algumas dessas visitas desdobraram-se em iniciativas de projetos, que estão em processo de negociação ou inclusão no plano de trabalho do Centro. Ainda sobre as estratégias de comunicação externa, ressalta-se a contínua manutenção e planejamento de novas funcionalidades do portal institucional, que incluem revisão de conteúdo, ajustes técnicos, inclusão de novas funcionalidades, estudo sobre a hierarquização de subsites, entre outros. Em termos de acompanhamento dos indicadores, temos: site institucional, principal canal de divulgação do Centro, teve neste ano 43 mil acessos de usuários externos; 300 inserções na imprensa; no que diz respeito às redes sociais, foram feitos cerca de 180 posts no *Twitter* e realizamos 102 eventos que, direta ou indiretamente, no ajudam a sensibilizar mais público. Além de resultados, buscou-se divulgar estudos em desenvolvimento e ampliar a repercussão dos trabalhos correntes. Em junho, o Centro e parceiros organizaram o Seminário internacional - Rumo ao desenvolvimento sustentável: dos marcos globais às agendas regionais. O evento, realizado em Campina Grande (PB), constituiu iniciativa inscrita no âmbito do projeto em desenvolvimento pelo CGEE para o MEC, voltado à concepção de um programa de implantação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR). O CGEE organizou também cerca de 50 oficinas, com a participação de aproximadamente 400 especialistas e diversas instituições, para dar continuidade às contribuições para o projeto Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica. Os resultados do estudo foram lançados no Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (CITENEL), realizado bianualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Revista Parcerias Estratégicas de junho, que registra a seca ocorrida na região Nordeste de 2010 a 2016, foi apresentada de maneira diferenciada durante um workshop organizado pelas secretarias de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) e do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) do Governo do Estado do Maranhão.

A publicação "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" foi lançada durante uma sessão especial do 11º Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (EniFarMed), realizado na sede da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no mês de dezembro. O Centro pretende se aproximar do Congresso Nacional, contribuindo com informação técnica e se posicionando como fonte de referência, com o objetivo de influenciar políticas públicas de qualidade, reforçando, assim sua atuação. Como iniciativa preliminar, foi debatido, na audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, o estudo "Arranjos para o futuro da inovação agropecuária no Brasil", tendo boa receptividade. Os resultados mostram que em 2018 a grande tendência da comunicação é trabalhar para fortalecer a comunicação face a face (relacionamento - interno e externo), bem como o desenvolvimento das ferramentas de marketing (peças de comunicação), visto os efeitos atribuídos aos resultados que foram bem sucedidos.

2.1.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

No ano de 2017, o Órgão Supervisor optou por uma nova prorrogação da renovação do Contrato de Gestão formalizada no Décimo Segundo Termo Aditivo. Desse modo, tiveram continuidade as negociações com o MCTIC objetivando a incorporação ao Plano Diretor das orientações da Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (Encti). As ações de preparação do novo ciclo do Contrato de Gestão continuam, com a expectativa de que seus termos sejam pactuados e firmado sem 2018.

2.1.4. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Ao longo de 2017 foram conduzidas atividades referentes a 2 (dois) contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica (ANEEL)

O projeto "Prospecção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica", demandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e financiado por empresas do setor elétrico, foi dividido em quatro etapas: diagnóstico, construção do futuro, posicionamento e consolidação final. A execução técnica do projeto teve sua duração prevista em 24 meses e nove produtos foram entregues às empresas

contratantes, quatro em 2016 e os restantes em 2017. Do mesmo modo que no ano anterior, os principais produtos entregues em 2017 foram avaliados e aprovados pelos comitês que integram a governança do projeto, a saber: o Comitê Estratégico, formado por membros e instituições que compõem a governança do setor; o Comitê Consultivo, formado por consultores sêniores do setor, contratados pelo CGEE; e o Comitê Técnico Gestor, formado pelas dez empresas financiadoras, o próprio CGEE e a APINE.

A partir do diagnóstico - a etapa maior e mais trabalhosa do Projeto, que inclui o mapa do conhecimento, um menu de opções que pode ser utilizado por tomadores de decisão do governo ou das empresas para o desenvolvimento das suas respectivas estratégias de PD&I. - deu-se prosseguimento em 2017 aos trabalhos correspondentes à etapa de construção do futuro, iniciados em 2016 com um levantamento de tendências e elaboração de uma visão de futuro específica para cada uma das 48 macrotemáticas identificadas a partir das informações obtidas de pesquisadores e de uma pesquisa junto às associações de empresas do setor.

Em janeiro de 2017 foi construído, com o Comitê Estratégico, um cenário estratégico alternativo ao PNE 2050, tendo em vista que este não foi publicado pelo MME e pela EPE a tempo de ser utilizado pelo Projeto, como havia sido previsto em contrato. Na sequência, foram construídas as trajetórias tecnológicas, realizada a revisão dos mapas do conhecimento, de forma a avaliar se estas atendiam aos objetivos de PD&I previstos na visão de futuro, e definiram-se as rotas prioritárias para cada macrotemática. Esses trabalhos foram levados para um ciclo de debate, ao longo de 45 reuniões onde participaram mais de 300 especialistas. Estas informações foram consolidadas por um grupo de especialistas junto com a equipe do projeto que construiu o produto 5, composto por seis relatórios denominados de cadernos temáticos. Em abril foram iniciados os trabalhos e debates da etapa de posicionamento. Em maio foi entregue o relatório 6, que detalha o conteúdo da etapa de posicionamento. Com as informações da etapa de construção de futuro e a padronização detalhada no relatório 6, foi possível construir uma proposta de agenda estratégica. Esta agenda foi levada a uma oficina de três dias onde participaram gestores de instrumentos de CT&I disponíveis ao setor de energia elétrica, tais como SPE/ANEEL, CNPq, FINEP, BNDES, SENAI, ABDI, entre outros. Participaram também os comitês Estratégico e Consultivo do projeto e o CEPEL. Após a revisão da agenda foi finalizado o relatório 7.

O relatório 8 consolida e resume as informações de todas as etapas. Foi construído ao longo de vários meses e concluído em julho. Em agosto de 2017 os resultados do projeto foram apresentados no CITENEL e recebeu muitos elogios, inclusive do diretor da ANEEL e de outros integrantes da mesa. No mês de agosto foram feitos ajustes finais nos relatórios, a transformação destes em livros e os artigos previstos no plano de trabalho. A reunião de entrega formal a ANEEL foi realizada em 24 de novembro, por solicitação da Agência, quando foi possível lançar o site do projeto com acesso a todas as informações e relatórios do projeto.

O projeto identificou mais de 2.700 linhas de PD&I, priorizadas por rotas e macrotemáticas, construiu 48 visões de futuro e mais de 400 trajetórias tecnológicas, *roadmaps* e agendas estratégicas, por meio de 80 reuniões técnicas

que envolveram mais de 700 especialistas de 80 diferentes instituições de todas as regiões do país. Também utilizou do recurso de pesquisa estruturada via web, com um resultado de mais de 3 mil respondentes. O Projeto trabalhou diferentes bases de dados, consultou 300 dos quase 1,5 mil laboratórios que foram mapeados, identificou quase 140 mil profissionais, bem como analisou um grande volume de informações, incluindo, entre outros temas, patentes, recursos investidos, impactos de alternativas tecnológicas. Todas estas informações podem ser acessadas de forma interativa pelo site do projeto (<https://www.cgee.org.br/energia>). A ANEEL já utilizou os dados do projeto para suas apresentações, para subsidiar seu plano estratégico e construir editais, entre outras atividades. A ONS também utilizou os resultados do Projeto para subsidiar seu plano estratégico. A EPE e CCEE também relataram que utilizaram os dados do projeto para os estudos de planejamento que vem sendo elaborados.

Manufatura Avançada – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

A realização desse projeto teve origem em debates feitos entre a direção e as equipes técnicas do CGEE e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que identificaram a Indústria 4.0 como um dos tópicos prioritários para a atuação conjunta para a promoção da inserção dessas tecnologias na indústria brasileira.

Em entendimentos com a instituição contratante para a definição do escopo do projeto decidiu-se que este seria direcionado para a elaboração de documentos técnicos contendo os conceitos fundamentais e o uso de tecnologias da Indústria 4.0, com foco na capacitação de agentes de empresas nacionais de setores estratégicos. Com base nessas definições, este projeto visa: i) difundir conceitos fundamentais sobre Manufatura Avançada entre os participantes dos workshops a serem realizados pela ABDI, Senai, com a participação do CGEE, no âmbito da RENAPI e da Estratégia Nacional da Indústria 4.0; ii) elaboração de panoramas da aplicação das tecnologias da Indústria 4.0 em setores selecionados; iii) levantamento das competências no tema indústria 4.0 disponíveis no Brasil, incluindo a identificação do nível de cooperação entre essas competências em suas áreas de atuação; e iv) desenvolvimento de processo metodológico para realização de workshop de capacitação.

No período de outubro a dezembro de 2017, foram realizados três workshops para a difusão de conceitos associados à manufatura Avançada, que contaram com a participação de mais de 80 agentes de empresas nacionais. Os três workshops foram realizados respectivamente na Escola do SENAI-SP Mariano Ferraz, Escola do Senai Roberto Mange e Escola do Senai Armando de Arruda Pereira, e trataram dos setores metalomecânico, produtos de material plástico, confecções de vestuário, cosméticos e produtos alimentícios.

2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O Anexo III “Quadro Resumo de Projetos e Atividades” demonstra a posição dos projetos em 31 de dezembro de 2017.

2.3. Desempenho Orçamentário

Durante o ano de 2017, o CGEE manteve o esforço no sentido de buscar a redução de custos e a obtenção do equilíbrio financeiro e operacional de modo a ajustar-se à redução nos limites orçamentários que lhe foram impostos nos últimos anos. Para isso privilegiou a utilização integral, e às vezes até em condições excepcionais, de sua equipe técnica no desenvolvimento dos trabalhos realizados, objetivando cumprir a sua missão pré-estabelecida no plano de ação anual, reduzindo gastos com pessoal temporário ou contratado para prestação de serviços de consultoria.

Diferentemente do ocorrido em anos anteriores, os recursos oriundos do Contrato de Gestão foram todos repassados, sendo totalmente integralizados até o final do exercício. Contudo, a demora na negociação e consequentemente da assinatura do 13º Termo Aditivo retardou o início do desenvolvimento de algumas ações. Por outro lado, a aplicação financeira desses recursos, recebidos ainda no mês de dezembro, proporcionará a obtenção de ganhos financeiros que serão reaplicados nas atividades a serem desenvolvidas no curso de 2018. O demonstrativo das previsões de dispêndios x gastos efetivamente realizados por Linha de Ação é apresentado no Quadro 1.

O atual ciclo do Contrato de Gestão 2010-2016 foi prorrogado por mais um ano, por meio do 12º Termo Aditivo, tendo seu encerramento previsto para 30/06/2018. A expectativa é de que o novo ciclo do Contrato de Gestão seja negociado e firmado no primeiro semestre de 2018.

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO

Demonstrativo das Previsões de Dispêndio X Gastos Efetivamente Realizados				
Linhas de Ação	Previsto	Realizado	Participação Percentual	
			Previsto	Realizado
Estudos, Análises e Avaliações	1.262.600,00	305.921,30	6,85	1,65
Articulação	3.805.000,00	1.121.693,49	20,66	6,03
Apoio Técnico a Gestão Estratégica do SNCT&I	548.500,00	188.342,53	2,98	1,01
Disseminação da Informação em CT&I	242.000,00	180.401,61	1,31	0,98
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	12.561.366,00	16.818.519,57	68,20	90,32
TOTAL	18.419.466,00	18.622.901,75	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria

2.3.1. Demonstrativo da Execução das Despesas

A aplicação dos recursos repassados ao CGEE correspondente no ano de 2017 é detalhada por Conta Contábil de dispêndios, conforme indicado no Quadro 2:

QUADRO 2 - RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS

Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	2017			2016		
	Valor Parcial	Valor Total	%	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo	10.671.865,05	11.052.554,01	59,35	13.132.660,99	14.101.539,05	64,55
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	380.688,96			968.878,06		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		769.639,95	4,13		662.051,97	3,03
Consultoria Externa		1.920.478,80	10,31		1.569.061,66	7,18
Manutenção Administrativa		4.049.385,89	21,74		4.430.724,42	20,28
Outras Despesas Operacionais		822.819,85	4,42		1.043.631,60	4,78
Investimentos		8.023,25	0,04		40.410,91	0,18
TOTAL		18.622.901,75	100,00		21.847.419,61	100,00

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que nos últimos anos o CGEE registra reduções crescentes na conta de pessoal e encargos de modo a garantir a estabilidade financeira diante das constantes oscilações do orçamento.

2.3.2. Informações sobre a Realização das Receitas

As receitas efetivamente recebidas no ano de 2017 correspondem à parte do saldo remanescente do 11º Termo Aditivo e integralmente do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão repassado pelo MCTIC e MEC.

✓ Repasse Contrato de Gestão em 2017

A seguir é apresentado no Quadro 3 demonstrativo dos repasses recebidos do Contrato de Gestão, os meses em que ocorreram e o Termo Aditivo a que se referem:

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS REPASSES RECEBIDOS DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2017

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS					
	2016	2017	2017		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	A receber	PREVISTO	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	Saldo remanescente		VALOR	DATA	
MCTIC	6.595.310,00	12.218.016,00	5.000.000,00	20/02/17	11º
			1.595.310,00	20/02/17	
			4.000.000,00	01/11/17	13º
			1.000.000,00	17/11/17	
			2.000.000,00	05/12/17	
			5.218.016,00	18/12/17	
MEC	5.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00	14/02/17	11º
			3.000.000,00	11/12/17	13º
TOTAL	11.595.310,00	15.218.016,00	26.813.326,00		

Fonte: Elaboração própria

✓ Receitas Financeiras

As receitas financeiras do CGEE correspondem aos rendimentos com aplicações no mercado financeiro, aos descontos obtidos junto aos fornecedores e as variações ativas por meio de compras de serviços e/ou produtos realizados no exterior (aquisições utilizando cartão de crédito como meio de pagamento). Durante o ano de 2017 os rendimentos de aplicações financeiras representaram um total de R\$ 568.522,93 (quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais, noventa e três centavos), registrando um decréscimo de 21,14% em relação ao mesmo período de 2016.

A redução nas receitas financeiras, além da conjuntura que diminuiu os ganhos obtidos no mercado financeiro, decorre da redução dos repasses

realizados pelos órgãos fomentadores e da demora na efetivação dos créditos acordados nos Termos Aditivos.

✓ Outras Receitas

Foram registradas em 2017 outras receitas decorrentes de recuperação de despesas relativas a cancelamento de contratos e ressarcimentos, atingindo o montante de R\$ 643.087,71 (seiscentos e quarenta e três mil, oitenta e sete reais, setenta e um centavos).

2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Em 2017, o conjunto de indicadores foram incluídos no 13º Termo Aditivo, tendo seus resultados sido considerados no Relatório Anual (Janeiro a Dezembro 2017), elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, em reunião realizada entre os dias 16 e 17 de abril de 2018.

Os resultados são sumarizados na Tabela 1 “Comparativo das Metas programadas e alcançadas”, constante no Anexo IV – (Relatório Anual 2017 da Comissão de Avaliação – CA), o que evidencia o atingimento das metas pactuadas para o ano de 2017.

QUADRO DE METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADOR I: Execução Física do Plano de Ação		
Finalidade: Avaliar a eficácia institucional por meio da medida da taxa de conclusão de produtos da carteira de projetos do CGEE no período de um ano. Avaliar o cumprimento do prazo de entrega dos produtos pactuados no “Anexo III” deste Aditivo.		
Descrição: Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador da razão mencionada será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados mais 1. Serão considerados: “Produtos concluídos” aqueles cujos prazos de término não ultrapassem 31 de dezembro. “Produtos pactuados” aqueles firmados nos Termos Aditivos do ano; e “Produtos cancelados ou descontinuados” aqueles incluídos em projetos, mas que foram formalmente cancelados ou descontinuados.		
Fórmula de Cálculo: $\text{Indicador I} = \frac{P_c}{P_p - (P^* + 1)}$ Em que: P _c = número de produtos concluídos; P _p = número de produtos pactuados; e P* = número de produtos de projetos cancelados ou descontinuados.		
Nota: Plena: Indicador I ≥ 1 Se o Indicador I for < 1, a nota do indicador I será proporcionalmente reduzida.		
Tipo: Eficácia	Peso: 3	Unidade: Ud

INDICADOR II: Taxa de Reprogramação do Prazo de Entrega		
Finalidade: Incentivar o rigoroso cumprimento de prazos, conferindo importância ao planejamento.		
Descrição: Razão entre o número de produtos de Projetos de Atividades não entregues no prazo inicial estipulado no Termo Aditivo em que foi pactuado e o número total de produtos pactuados em todas as Atividades.		
Fórmula de Cálculo: Indicador II = $\frac{Pr}{PAp}$ Em que: Pr = número de produtos de Projetos de Atividades não entregues no prazo inicial estipulado; e PAp = número de produtos de Projetos de Atividades pactuados.		
Nota: Nota plena: Indicador II $\leq$ 10% Se 10% < indicador II $\leq$ 30%, a nota deste indicador será 0,75 da plena; Se 30% < indicador II $\leq$ 50%, a nota deste indicador será 0,50 da plena; e Se Indicador II > 50%, a nota deste indicador será 0,25 da plena.		
Tipo: Eficiência	Peso: 2	Unidade: Ud

INDICADOR III: Entrega ao Demandante		
Finalidade: Garantir que os resultados dos projetos desenvolvidos pelo CGEE, no Contrato de Gestão, sejam recebidos pelo demandante.		
Descrição: Razão entre o número de produtos entregues ao demandante e o número de produtos concluídos. São considerados "produtos entregues" aqueles que tenham sido disponibilizados na <i>homepage</i> do CGEE ou publicados em meio impresso. Serão excluídos do cálculo de "produtos entregues" aqueles cujos resultados sejam considerados sigilosos ou que a publicação inviabilize ações/políticas a serem implementadas pelo demandante.		
Fórmula de Cálculo: Indicador III = $\frac{Pe}{Pc}$ Em que: Pe = número de produtos entregues ao demandante Pc = número de produtos concluídos		
Nota: Nota plena: Indicador III = 1 Se Indicador III for < 1, a nota do indicador III será proporcionalmente reduzida.		
Tipo: Eficácia	Peso: 1	Unidade: Ud

INDICADOR IV: Impactos dos projetos		
Finalidade: Aferir as contribuições dos trabalhos desenvolvidos pelo CGEE para a formulação e aprimoramento de políticas públicas, marcos regulatórios e legais e de projetos estratégicos em CT&I.		
Descrição: Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados obtidos pelo Centro no ano em avaliação, em conformidade com o subconjunto selecionado de produtos identificados no Anexo III.		

A métrica a ser utilizada para a aferição do indicador considerará valores de 1 a 5, sendo 5 = contribuição muito alta, 4 = alta, 3 = média, 2 = baixa, 1 = nenhuma		
Fórmula de Cálculo: Indicador IV = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado		
Nota: Nota plena = Indicador IV $\geq$ 3,5 Se Indicador IV for < 3,5 a nota do indicador IV será proporcionalmente reduzida		
Tipo: Efetividade	Peso: 0,5	Unidade: Ud

INDICADOR V: Visibilidade Institucional		
Finalidade: Avaliar a visibilidade institucional por meio da contagem do número de acessos (superiores a 1 minuto) ao <i>website</i> do CGEE.		
Descrição: Serão contabilizados os acessos de duração superior a 1 minuto.		
Fórmula de Cálculo: Indicador V = N° de acessos de usuários externos à página www.cgee.org.br		
Nota: Nota plena: N° de acessos $\geq$ 35.000. Se o Indicador for < 35.000, a nota do indicador V será proporcionalmente reduzida.		
Tipo: Efetividade	Peso: 0,5	Unidade: Ud

INDICADOR VI: Repercussão dos trabalhos desenvolvidos		
Dimensão: Efetividade		
Finalidade: Avaliar a repercussão dos trabalhos realizados pelo CGEE por meio da contagem do número de <i>downloads</i> de trabalhos produzidos pelo Centro		
Descrição: Será contabilizado o número de <i>downloads</i>		
Fórmula de Cálculo: Indicador VI = N° de downloads de documentos na página www.cgee.org.br		
Tipo: Efetividade	Peso: 0,5	Unidade: Ud
Nota: Nota plena: N° de downloads $\geq$ 100.000. Se o Indicador for < 100.000, a nota do indicador VI será proporcionalmente reduzida.		

INDICADOR VII: Instituições Participantes em Eventos Promovidos		
Dimensão: Desenvolvimento Institucional/ Qualidade da presença em foros (promoção e apoio a eventos)		
Finalidade: Avaliar a capacidade de mobilizar atores da sociedade brasileira na realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos elos participantes do processo de geração de conhecimento e de inovação.		
Descrição: O indicador visa mensurar o grau de participação e interesse das instituições nos eventos promovidos pelo CGEE		

Fórmula de Cálculo: Indicador VII = número de instituições e empresas participantes de eventos promovidos pelo CGEE		
Nota: Nota plena: N° de instituições e empresas ≥ 200 . Se o Indicador for < 200 , a nota do indicador VII será proporcionalmente reduzida.		
Tipo: Efetividade	Peso: 0,5	Unidade: Ud

INDICADOR VIII: Avaliação dos resultados dos projetos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão pelos demandantes.		
Dimensão: Aderência aos Planos de Projeto		
Finalidade: Aferir a aderência dos produtos de Projetos Temáticos constantes do Anexo III com os objetivos estabelecidos no Plano de Projeto		
Descrição: Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes quanto à aderência dos produtos constantes do Anexo III aos objetivos estabelecidos nos Planos de Projetos Temáticos. Não serão considerados no cálculo os produtos de Projetos Temáticos que ainda se encontrarem em fase de análise pelos atores relevantes selecionados, por ocasião da avaliação de desempenho do Contrato de Gestão. A métrica a ser utilizada para a aferição do indicador considerará valores de 1 a 5, sendo 5 = plena, 4 = alta, 3 = parcial, 2 = baixa, 1 = nenhuma		
Fórmula de Cálculo: Indicador VIII = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado		
Nota: Nota plena: Indicador VIII ≥ 4 Se o Indicador for < 4 a nota do indicador VIII será proporcionalmente reduzida.		
Tipo: Efetividade	Peso: 0,5	Unidade: Ud

INDICADOR IX: Custo relativo do trabalho técnico especializado		
Dimensão: Economicidade		
Finalidade: Medir o custo relativo do trabalho técnico especializado		
Descrição: Medir o custo da hora técnica trabalhada no CGEE com relação ao pago no mercado em trabalhos similares		
Fórmula de Cálculo: Indicador IX = W_t/W_m . Em que: Wt é o valor do salário-hora nominal médio dos técnicos especializados do CGEE; Wm é o valor do salário-hora nominal médio em atividades equivalentes apurado em dezembro, em pesquisa de mercado regional do DF (CATHO), para organizações de áreas de atuação e porte similares ao CGEE .		
Nota: Nota plena: 1,25 do mercado $\geq$ Indicador $\geq$ 0,75 do mercado.		
Tipo: Economicidade	Peso: 1	Unidade: R\$ hora técnica
INDICADOR X: Custo de manutenção e operação		
Dimensão:		

Economicidade		
Finalidade: O indicador visa aferir a evolução do custo da manutenção e operação do Centro		
Descrição: Comparar o valor das despesas de manutenção e operação em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior		
Fórmula de Cálculo: Indicador X = valor gasto no ano em manutenção e operação		
Nota: Nota plena: Indicador X ≤ valor médio das despesas do quinquênio 2012-2016 (*) (*) Calculado a preços de dezembro 2017		
Tipo: Economicidade	Peso: 0,5	Unidade: Reais (R\$)

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O conjunto de informações constantes da “estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos”, cujos subitens recepcionados nesta seção trazem a seguinte distribuição: 3.1. Descrição das estruturas de governança, 3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados, 3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão; 3.4. Autuação da unidade de auditoria interna, 3.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, 3.6. Gestão de riscos e controles internos, 3.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados. Em observância aos dispositivos legais em vigor, o subitem 3.8 contempla as Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.

3.1. Descrições das Estruturas de Governança

A estrutura de governança do CGEE consiste em um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da instituição, visando apoiar a constante melhoria de suas atividades, assim como da alocação eficaz dos recursos fomentados à instituição, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estabelecidos no art. 5º de seu Estatuto Social.

Considerando sua natureza jurídica de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078/2002 e as disposições da Lei nº 9.637/1998, o Centro possui uma estrutura de governança orientada por seu Estatuto Social aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de julho de 2012, conforme Resolução CA nº 147/2013 e por seu Regimento Interno alterado em dezembro 2013.

O CGEE é norteado por um Conselho de Administração, que é seu órgão de orientação e deliberação superior, formado por membros natos e eleitos, dotado de atribuições específicas que estão previstas na Seção II, elencadas nos arts. 19 a 28 do Estatuto Social do Centro.

Quanto a seu corpo diretivo, o Centro é composto por um Presidente, um Diretor Executivo e até cinco Diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração, conforme leitura do art. 29 de seu Estatuto Social.

A seguir no subitem 3.2 são descritas informações que complementam os dados relativos ao item em questão.

3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

3.2.1. Principais Dirigentes do Centro

A composição da Diretoria do Centro, tem amparo em seu Regimento Interno, que, na sua Seção III, Art. 18, estabelece que o Centro será dirigido por um Presidente; um Diretor Executivo e até cinco Diretores. O § Único deste artigo dispõe que a Direção do Centro será apoiada por um Gestor Administrativo. Pautada em um modelo de gestão compartilhada, as principais decisões da Diretoria do CGEE são tomadas de forma colegiada por um corpo diretivo que, além do Presidente, do Diretor Executivo e dos Diretores do Centro, inclui o Gestor Administrativo. O Presidente, eleito pelo Conselho de Administração, tem mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido.

Em 2017 o corpo diretivo do CGEE foi composto por um Presidente, o Diretor Executivo, o Gestor Administrativo, permanecendo com dois Diretores durante todo o exercício, após a saída do Diretor José Messias de Souza em 2016. A partir de 01.09.2017, com o afastamento, por decisão própria, do Presidente Mariano Francisco Laplane, a Presidência do Centro foi assumida interinamente pelo Diretor Executivo, Marcio de Miranda Santos, conforme designado pela Resolução nº 225 do Conselho de Administração.

Abaixo serão apresentadas informações consolidadas acerca da indicação dos cargos, datas de posse, bem como os atos de designação da composição do corpo diretivo do CGEE, cujos dados constam do Quadro 4 a seguir.

QUADRO 4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO DIRETIVO DO CENTRO

Nome	Cargo	Ato de designação	Data da Posse
Mariano Francisco Laplane	Presidente	Eleito - 47ª Reunião do CA - 28/06/2011 Reconduzido na 63ª Reunião CA - 19/05/2015	20/07/2011
Marcio de Miranda Santos	Diretor Executivo	Eleito - 3ª Reunião CA - 24/01/2002	01/05/2002
Antonio Carlos Filgueira Galvão	Diretor	Resolução CA nº 049/2006	17/03/2006
Gerson Gomes		Resolução CA nº 46ª Reunião CA - 15/03/2011	17/03/2011
Edmundo Antonio Taveira Pereira	Gestor Administrativo	Delegação - Resolução nº 05/2002 Ordem Interna nº 085/2008	11/02/2008

Fonte: Elaboração própria

3.2.2. Informações sobre o Conselho de Administração

3.2.2.1. Representatividade dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do CGEE é o órgão máximo da estrutura de governança do Centro, composto por 20 membros natos e eleitos, sua composição conta com a participação de entes do Poder Público e da Sociedade Civil, de pessoas de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, cuja atuação está regulada nos termos do Estatuto Social do CGEE conforme expresso nos Arts. 19 a 28 e possui representação que pode ser observada no **Quadro 5** abaixo discriminado:

QUADRO 5 - REPRESENTATIVIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

Representatividade	Instituição
Entidades representantes do Poder Público	• Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) • Ministério da Educação (MEC) • Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) • Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Entidades representantes da Sociedade Civil	• Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) • Academia Brasileira de Ciência (ABC) • Confederação Nacional da Indústria (CNI) • Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Membros de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral da área de atuação do CGEE, indicados pelas Instituições	• Fórum de Pró - Reitores de Pesquisa e Pós Graduação (Foprop) • Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia (Consecti) • Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) • Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) • Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) • Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadores (Anpei)

Profissionais com notória contribuição às atividades de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	• Representante do Empresariado Nacional • Representante dos Trabalhadores, indicado pelo Dieese
Representante dos Associados do CGEE	• Membro eleito Representante dos Associados do CGEE

Fonte: Elaboração própria

3.2.2.2. Reuniões do Conselho de Administração

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente ou por um terço de seus membros. No exercício de 2017 o Conselho se reuniu cinco vezes na sede do CGEE, em Brasília/DF, nas seguintes datas, conforme indicado no **Quadro 6**.

QUADRO 6 - REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

Nº da Reunião	Datas das Reuniões
70ª Reunião Ordinária	23 de fevereiro de 2017
71ª Reunião Ordinária	18 de maio de 2017
72ª Reunião Ordinária	27 de julho de 2017
73ª Reunião Ordinária	08 de dezembro de 2017
Reunião Extraordinária	08 de dezembro de 2017

Fonte: Elaboração própria

3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão

A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Ministério da Educação (MEC) (interveniente) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), instituída pela Portaria MCTI nº 261, publicada no DOU de 14/03/2014, alterada pela Portaria MCTI nº 761, de 25/07/2014, em cumprimento ao disposto no seu art. 3º e, em consonância com o disposto na Cláusula Décima Primeira - Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação do Resultado - do Contrato de Gestão celebrado em 27 de maio de 2010, avalia o grau de alcance das metas e indicadores pactuados entre o CGEE e o Órgão Supervisor.

Estiveram presentes na reunião da Comissão de Avaliação ocorrida nos dias 16 e 17 de abril de 2018 os seguintes membros: Rogério Amaury de Medeiros (Presidente), representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Maria Aparecida Stallivieri Neves, representante do (MCTIC); Odilon Marcuzzo do Canto, representante do (MCTIC); Luiz Fernando Fauth, representante do (MCTIC); Sylvia Helena Figueiredo Prata, representante do (Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP); Ana Paula Reche Corrêa, Coordenadora de Avaliação (COAVL/CGUO/DPO); Francisco Gilmar Pereira do Carmo, Coordenação de Avaliação (COAVL/CGUO/DPO).

Após análise dos relatórios gerenciais produzidos pelo Centro e da verificação dos documentos e sistemas desenvolvidos pelo CGEE, no âmbito dos projetos constantes do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão, o Centro recebeu a nota 9,5 em uma escala de 0 a 9,5, o que significa ter atingido plenamente as metas pactuadas entre as Partes para o ano em avaliação.

As informações acerca dos membros que compõem a Comissão de Avaliação encontram-se no quadro constante do Anexo V.

3.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Desde sua criação, o CGEE constituiu um Conselho Fiscal que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. O Centro é, também, auditado por Auditoria Independente, cujo plano de trabalho é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e por este examinado.

Dada a sua natureza jurídica, o Centro não está obrigado a adotar modelos de Auditoria ou Controladoria Interna. Todavia, possui mecanismos de acompanhamento da execução econômico-financeira, que são submetidos periodicamente a uma auditoria externa independente que emite parecer conclusivo sobre a veracidade dos controles e relatórios disponibilizados pelo Centro, tendo como referência o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração. Além disso, o acompanhamento trimestral da execução contábil do Centro é submetido à apreciação do Conselho Fiscal em reuniões que antecedem às reuniões do Conselho de Administração.

Possui também um sistema de acompanhamento de execução de, Projetos e Atividades, onde são registrados os trabalhos desenvolvidos em cada uma. Esse sistema é utilizado para a emissão automatizada do Relatório Parcial (semestral) de Acompanhamento e do Relatório Final (anual) do Contrato de Gestão, aprovados pelo Conselho de Administração e submetidos à Comissão de Avaliação do Órgão Supervisor (MCTIC), para posterior homologação pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e Inovações e Comunicações.

A avaliação dos resultados do Contrato de Gestão é feita pela Comissão de Avaliação, instituída pelo MCTIC, nos termos da Lei nº 9.637/98 e do estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Gestão, e é obtida a partir de reuniões semestrais, com base nos relatórios fornecidos pelo CGEE. A reunião intermediária (julho/agosto) visa o acompanhamento dos trabalhos em execução no Plano de Ação vigente. A segunda reunião da Comissão de Avaliação, normalmente realizada em março ou abril de cada ano, procede à verificação do atingimento das metas pactuadas no Plano de Ação para o ano anterior, ao fim da qual emite uma nota de avaliação de desempenho do Centro.

O Centro adota, ainda, o procedimento de divulgação de seus relatórios e balanços no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de circulação nacional, conforme cláusula específica constante do Contrato de Gestão, bem como

mantém essas informações publicadas em seu site na Internet (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>).

3.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O CGEE esclarece que não registrou, no exercício de 2017, ocorrências que justifiquem a aplicação de medidas de correções. Por outro lado, informa que o estabelecido na Portaria CGU nº 1.043/2007, que trata dos dados sobre a aderência de registro das informações relativas a processos disciplinares, não se aplica ao Centro, haja vista a sua natureza jurídica.

3.6. Gestão de Riscos e Controles Internos

Conforme registrado nos Relatórios de Gestão de 2015 e 2016, no intuito continuar a aprimorar a governança do CGEE sobre suas atividades finalísticas, a gestão de riscos vem sendo implantada gradativamente em todos os componentes programáticos (projetos e serviços) do Centro, como um elemento mandatório do processo de Gestão do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, com potenciais impactos, também, na gestão administrativa da agenda de trabalho do CGEE.

Para tanto, mantém-se a realização da análise qualitativa dos riscos, com o planejamento das respostas aos riscos e o monitoramento desses por parte de cada coordenador de projeto ou serviço, com o apoio da Unidade de Projetos do CGEE. Esta análise qualitativa dos riscos, por sua vez, serve como insumo para uma análise de riscos da carteira de projetos e serviços do CGEE como um todo, permitindo que o corpo diretivo do Centro avalie os riscos e potenciais impactos em nível estratégico dos mesmos, contribuindo para a efetiva governança de sua agenda programática.

A abordagem utilizada para a gestão de riscos é fundamentada nas melhores práticas preconizadas pelo Project Management *Body of Knowledge* (PMBok), bem como nas características específicas observadas nos projetos e serviços executados e particularidades da inserção do CGEE no SNCTI, dada sua qualificação como Organização Social e condução da maior parte da sua agenda de trabalho no Contrato de Gestão, instrumento que define as condições de fomento e parceria do CGEE com a União.

Nesse sentido, conforme planejado no ano de 2015, a ampliação da gestão de riscos no Centro teve continuidade em 2016, com o desenvolvimento de funcionalidades relacionadas às boas práticas identificadas no Sistema Integrado de informações gerenciais do CGEE, com a criação de mecanismos de identificação, classificação e monitoramento dos riscos que objetivam automatizar o processo e facilitar a sua gestão. O desenvolvimento dessas funcionalidades segue em andamento e continuará sofrendo um aprimoramento contínuo de acordo com as necessidades, dentro do plano de evolução do Sistema Integrado.

Cabe salientar que, em 2017, a análise dos riscos foi incorporada em todos os processos de apoio relacionados à gestão do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços. Esse trabalho se dá como parte da iniciativa de certificar a qualidade dos processos finalísticos por meio dos padrões ISO 9001, com previsão de conclusão da sua primeira etapa no segundo semestre de 2018.

3.7. Informações sobre a Política de Remuneração paga aos Dirigentes e Membros do Conselho de Administração

Assim como os demais empregados, os dirigentes do Centro são contratados sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração paga aos dirigentes é fixada pelo Conselho de Administração, cujos valores para 2017 estão representados no Quadro 7, indicado abaixo, que corresponde ao período de maio a dezembro, nos moldes da Resolução CA nº 211 datada de 18/05/2017.

QUADRO 7 - REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO DO CENTRO

Cargo	Valores (R\$)*	Observação
Presidente	29.253,00	* Para os dirigentes que tenham mantido vínculo com outras instituições e foram requisitados, desde que tenham optado em continuar recebendo seu salário de origem, percebem gratificação equivalente a 60% do valor fixado para o titular da função.
Diretor Executivo	27.788,00	
Diretor	26.400,00	
Gestor Administrativo	26.400,00	

Fonte: Elaboração própria

Sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, registra-se que não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados ao CGEE, em observância ao estabelecido no art. 43, Capítulo VII do Estatuto Social do Centro, bem como ao disposto no Art. 3º, Seção II, Item VII da Lei nº 9.637/98. Da mesma forma os membros do Conselho Fiscal também não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados ao CGEE.

3.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O trabalho desenvolvido pela auditoria externa é fundamental para o CGEE na estruturação de seus processos com vistas ao correspondente aumento da eficiência e eficácia na melhoria das práticas de governança da instituição.

A auditoria externa é contratada para auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento das suas atribuições, conforme descritas Art. 4º da Lei 9.637/98, em particular no seu Item X. Adicionalmente, o § 6º do Art. 34 da Portaria nº 1.123/15 - MCTIC determina que a contratação da mesma empresa de auditoria ou auditor

está limitada a três anos consecutivos. Em atendimento ao disposto na Alínea “f” do Art. 2º da Lei 9.637/98 e a Subcláusula Terceira da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Gestão, as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria são publicados até dia quinze de março cada ano, relativamente ao ano anterior.

A empresa contratada para realizar o trabalho de Auditoria externa no ano de 2017 foi a “BDO RCS Auditores Independentes S/S”, inscrita no CNPJ sob o nº 54.276.936/0001-79 e Inscrição Municipal nº 9.194.734-0, sediada na Rua Major Quedinho, 90, 3º andar - Consolação - São Paulo/SP - CEP: 01050-030, e a modalidade utilizada para contratação foi o Pedido de Cotação 140/2017, atendendo ao previsto no Regulamento de Seleção e Contratação de Obras, Serviços e Compras do CGEE, artigos 7º e 8º.

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente à contratante, compreendendo o acompanhamento e auditoria dos procedimentos adotados pela entidade quanto à arrecadação da receita e a execução da despesa, bem como o exame das demonstrações financeiras e do Balanço Patrimonial relativos ao exercício de 2017. O valor do contrato importou em R\$ 28.000,00.

Quanto à publicação do Parecer de Auditoria Independente relativo às Demonstrações Financeiras do exercício 2017, o CGEE informa que o referido documento encontra-se disponível em seu sítio na internet (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>), o qual foi publicado em 15 de março de 2018, na Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU), páginas 169-173, tendo sido também veiculado no jornal Folha de São Paulo em 15 de março de 2018, no Caderno Mercado A27.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Para a elaboração desse relatório o conteúdo orientador do TCU também abriu espaço para tratar das “áreas especiais da gestão”, dentre os itens/subitens expressos, o CGEE deixou de discorrer sobre o tema “gestão do patrimônio imobiliário da União”, face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos. No entanto, as informações acerca da gestão de pessoas, do patrimônio e infraestrutura, bem como a gestão da tecnologia da informação são apresentadas conforme descrição abaixo.

4.1. Gestão de Pessoas

4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Instituição

O centro chegou ao final do exercício de 2017 com um efetivo de pessoal composto por 55 profissionais, incluindo os membros cedidos, aqueles com contrato temporário e os estagiários, número que ainda reflete a desmobilização de pessoal realizada principalmente em 2016 como parte dos ajustes feitos em função das dificuldades orçamentárias passadas nesse exercício.

O CGEE tem a prioridade de manter em sua equipe membros que combinem competência e capacidade de execução dos trabalhos contratados no Contrato de Gestão e em contratos administrativos.

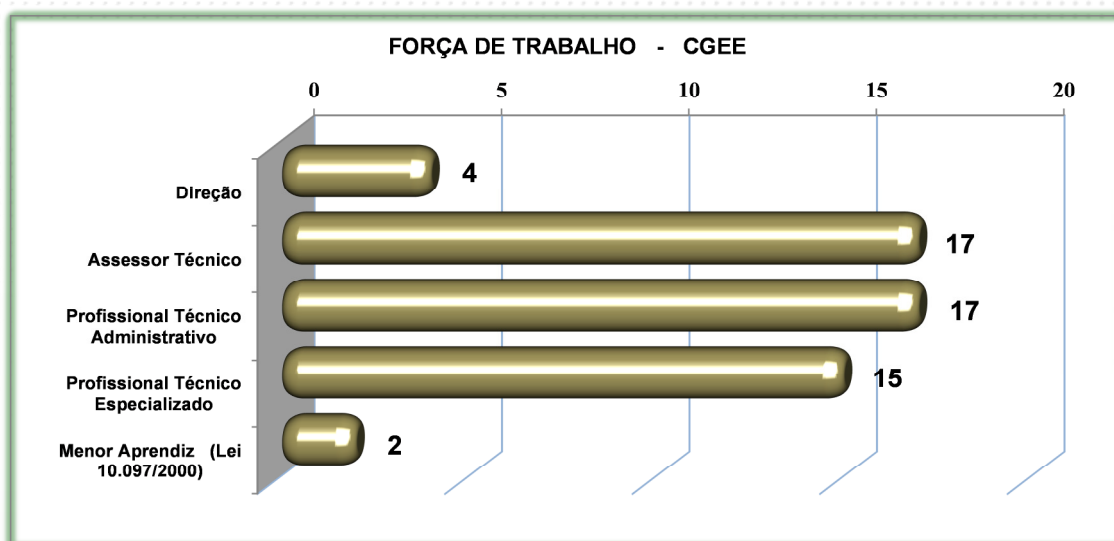
A seguir apresenta-se a composição da força de trabalho com base em 31.12.2017:

- ✓ **01** Diretor Executivo – no exercício da Presidência;
- ✓ **02** Diretores;
- ✓ **01** Gestor Administrativo;
- ✓ **17** Assessores Técnicos, sendo 04 cedidos por órgão da Administração Pública Federal e 13 em regime CLT;
- ✓ **16** Profissionais Técnicos Administrativos - PTA (CLT - quadro permanente);
- ✓ **01** Profissional Técnico Administrativo - PTA (CLT - contratado por prazo determinado vinculado a duração de um Projeto/Atividade);
- ✓ **12** Profissionais Técnicos Especializados - PTE (CLT - quadro permanente);
- ✓ **03** Profissionais Técnicos Especializados - PTE (CLT - contratados por prazo determinado vinculado a duração de uma Projeto/Atividade);

✓ **02 Menores Aprendizizes (Lei 10.097/2000).**

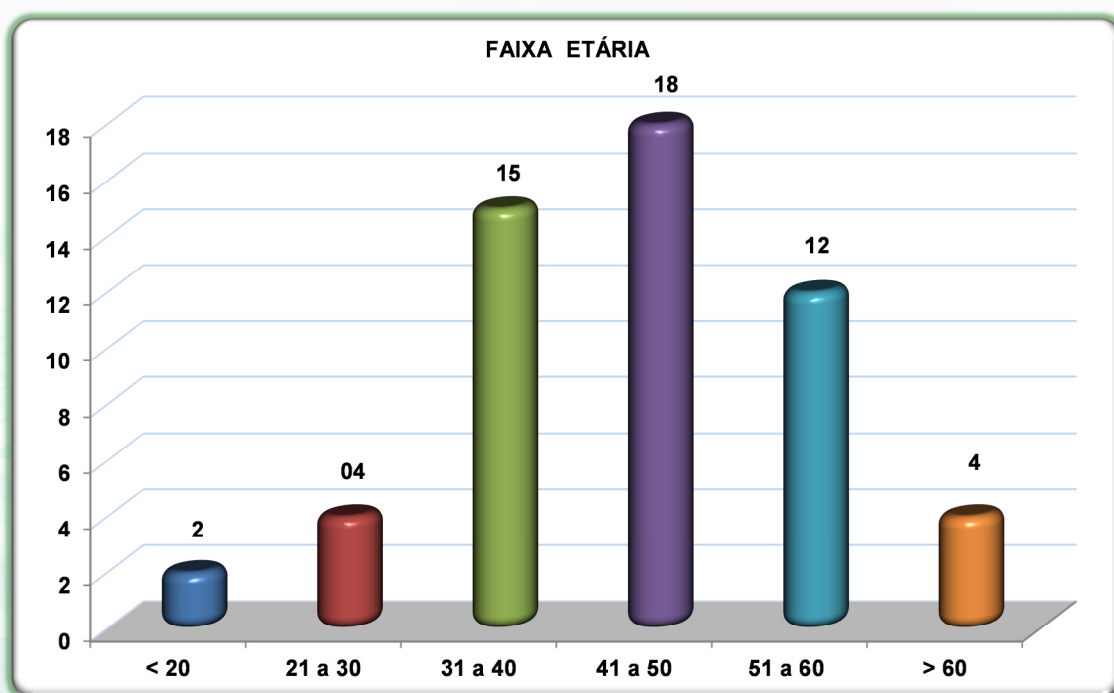
A seguir são apresentados demonstrativos gráficos desses números onde é apresentada a força de trabalho do CGEE relativa à estrutura de cargos, faixa etária e nível de escolaridade, bem como tipo de vinculação/ocupação:

GRÁFICO 1 - FORÇA DE TRABALHO DO CGEE



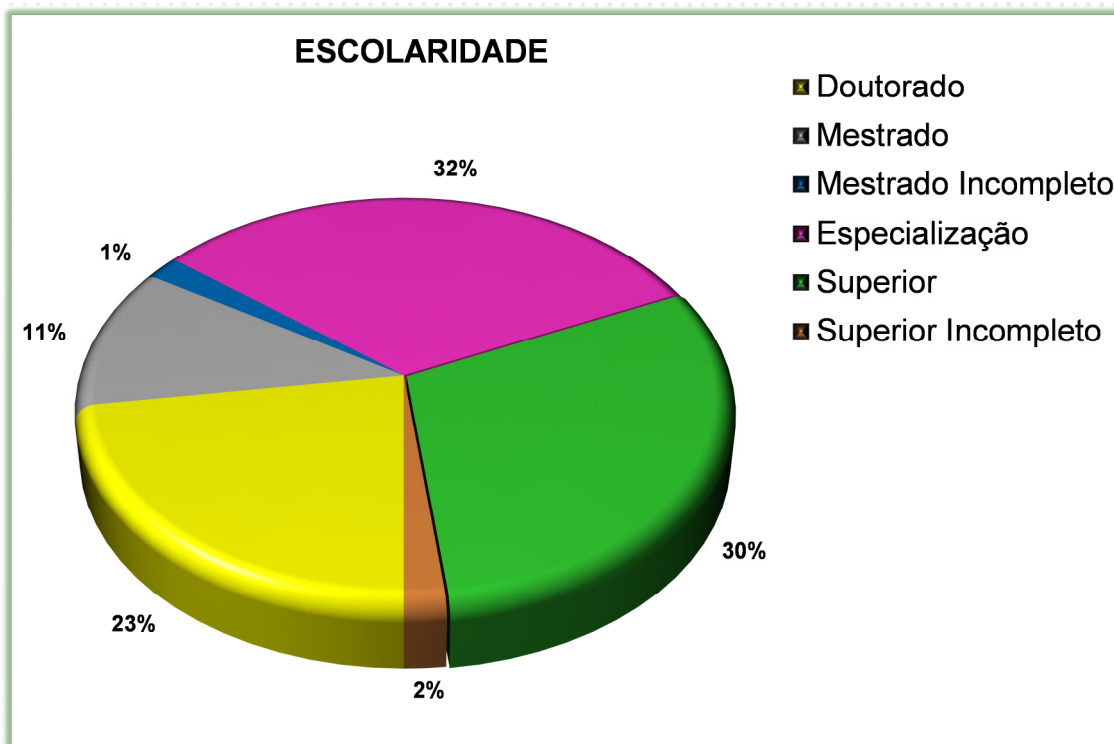
Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA



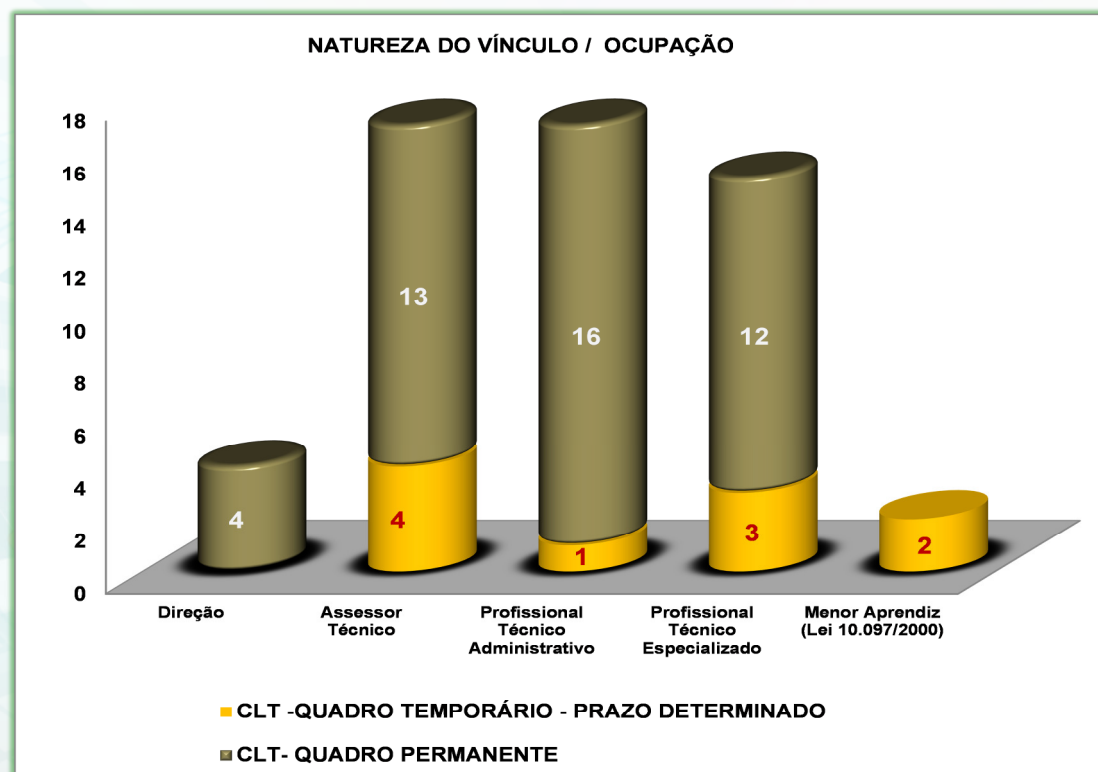
Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 4 - TIPO DE VINCULAÇÃO/OCUPAÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Considerando a Resolução de Diretoria 02/2013, que trata da Política de Treinamento e Desenvolvimento para os colaboradores do CGEE, no ano de 2017 ressaltam-se as ações de treinamento e capacitações realizadas a fim de proporcionar a qualificação dos membros que compõem o quadro de empregados.

Destaque deve ser dado aos seguintes treinamentos:

Treinamento em Gestão da Qualidade - Norma ISO9001:2015, realizado por dezesseis colaboradores, dentre os níveis Profissional Técnico Administrativo, Profissional Técnico Especializado e Assessor Técnico;

Treinamento em Gestão da Qualidade – Análise de Risco dos Processos”, este com a participação de dezessete empregados envolvendo os três níveis profissionais. Os cursos permitiram a esses profissionais uma atualização dos seus conhecimentos na área de avaliação estratégica e propiciaram uma utilização imediata dos conteúdos ministrados nos trabalhos desenvolvidos no Centro.

Ocorreram, também, três treinamentos ofertados pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, são eles: curso de Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002; curso de introdução de Segurança de Redes e, ainda o curso de ITIL V3 Fundamentos, tendo a participação de um profissional da área de Tecnologia da Informação do CGEE.

Foi viabilizada, também, a participação de dois profissionais, sendo um da área de Recursos Humanos e um da área Contábil em uma atualização da Reforma Trabalhista, com foco no Impacto da Nova Lei n°. 13.487/2017. No mesmo sentido foi adotada idêntica providência para a área contábil e financeira em relação ao “Curso de ECF 2017”, o qual foi realizado via web e contemplou a participação de um funcionário da referida área.

Outro curso disponibilizado, com o objetivo de qualificar e desenvolver um empregado da área de Recursos Humanos foi o “Curso *Homolognet* na Prática”, realizado em São Paulo. Finalmente, destacamos o compromisso do CGEE com os Jovens Aprendizizes, disponibilizando o Treinamento de Aprendiz coordenado pelo CIEE, com o qual o CGEE tem contrato firmado.

O Anexo VI detalha as capacitações e treinamentos de pessoal no ano de 2017 que atende ao Plano de Capacitação de Pessoal do Centro contido nas Resoluções da Presidência n°s. 02 e 03 de 2013.

O Quadro 8 apresenta a relação de colaboradores cedidos que pertencem aos quadros de Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, e que compõem a equipe do Centro.

QUADRO 8 - RELAÇÃO DOS SERVIDORES DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL CEDIDOS AO CGEE

Nome	Admissão	Cargo	Órgão Cedente	Ônus repassado ao Órgão cedente
Carlson Batista de Oliveira	16/06/2011	Assessor Técnico	CNPq	Sem ônus para o CGEE
Jackson Max Furtunato Maia	21/01/2011	Assessor	Inpe	

	3	Técnico		(Cessionário)
Sofia Cristina Adjunto Daher Aranha	01/02/2007	Assessor Técnico	CNPq	
Thyrso Villela Neto	08/10/2012	Assessor Técnico	Inpe	

Fonte: Elaboração própria

4.1.2. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Dada natureza jurídica do CGEE, destaca-se aqui a sua autonomia sobre a gestão de seus recursos humanos. A despeito das reduções no quadro de pessoal que ocorreram no exercício anterior (2016) não existiram em 2017 maiores riscos associados ao quadro de pessoal do CGEE que comprometessem o atendimento aos compromissos assumidos pelo Centro junto aos seus contratantes.

4.1.3. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

4.1.3.1. Contratação de Pessoal de Apoio

O CGEE procede à terceirização de serviços auxiliares de conservação e limpeza (três empregados), copeiragem (um empregado) e recepção (três empregados). A empresa prestadora de serviços é a Office Administração e Serviços, inscrita no CNPJ sob o nº 37.099.397/0001-20, tendo o contrato de serviços original firmado em 01/06/2004 e a última renegociação em 02/05/2017. O valor anual estimado do contrato totaliza R\$ 482.757,84.

Com relação aos serviços de transporte, o objeto de contratação prevê locação de veículos com motoristas. A empresa prestadora é a Unique Rent a Car Locadora de veículos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.320.095/0001-07. Originalmente, em 06/03/2014, foram contratados dois veículos automotores com parcelas mensais no valor de R\$ 15.150,00. Posteriormente, em 30/10/2015 o contrato foi renegociado, objetivando a redução de custos, tendo sido devolvido o veículo executivo, atualizando a parcela mensal para o valor de R\$ 8.442,57.

4.1.3.2. Contratação de Estagiários

No âmbito da política de estagiários, o CGEE atende ao estabelecido na Resolução da Presidência do CGEE nº 04/2004 e na Lei nº 1.1788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, obedecendo ao exposto no Art. 17, o qual trata dos limites proporcionais em relação ao número de empregados da empresa.

O Centro mantém instrumento contratual, que se materializa por meio de Convênio nº 142790001, com a empresa Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), inscrita sob o CNPJ nº 61.600.839/0001-55, celebrado em 2005, objetivando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV), por meio da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes.

Originalmente o valor do referido Convênio foi firmado em R\$ 74,00 mensais por estudante e que, após renegociações em março de 2017, foi reduzido para R\$ 69,00 em vigor durante todo o ano de 2017.

O CGEE tinha em seu quadro até 31/12/2017, 13 (treze) estagiários, todos de nível superior.

4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Conteúdo não aplicável ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O CGEE mantém o contrato 206/2012, referente a locação de 1.802,28 m² no 4º andar da torre C do Complexo Parque Cidade Corporate, de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O contrato foi firmado em 01/11/2012 e a última negociação se deu em 14/02/2017 objetivando a redução de custos. Nesta data ocorreu uma renovação do contrato por meio de segundo termo aditivo por um novo prazo de cinco anos, reduzindo-se o valor do m² para o custo de R\$ 95,00.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Sistema ERP Sênior Sistemas:

Software da Sênior Sistemas para gestão empresarial (Sênior - Sapiens) e gestão de recursos humanos (Sênior Rubi) de maneira integrada. Esse software apoia de forma automatizada as operações administrativas (patrimônio, contratos),

contábeis, financeiras, e de gestão de pessoal, portanto tem relevante importância na gestão administrativa do Centro. Em vista disso, o CGEE mantém contrato de manutenção e suporte diretamente com o fornecedor (contrato com orçamento anual de R\$165.020,32), ainda que mantenha sob seu domínio os processos administrativos e de pessoal, bem como os requisitos de software que implementam suas tarefas.

Sistema Integrado de Informações Gerenciais:

Sistema de apoio ao planejamento e acompanhamento de projetos e atividades relacionadas com o Contrato de Gestão e com os Contratos Administrativos. Tem como objetivo primário o apoio à gestão das atividades finalísticas do Centro. Já estão em operação os módulos de Pré-investimento, Planejamento, Execução e Acompanhamento, e de Relatórios Gerenciais. Tanto o desenvolvimento do sistema quanto as manutenções decorrentes são internas e espera-se que nos próximos dois anos os principais módulos estejam integrados. Por abordar as ações finalísticas, o sistema também tem alta criticidade. Nesse sentido o Centro adota as seguintes atitudes para maximizar a qualidade e disponibilidade do Sistema Integrado, dentre outras: a) dedicação de uma parcela de sua força de trabalho de TI para seu desenvolvimento e manutenção; b) gestão interna dos requisitos funcionais do sistema; c) maximização do uso de software livre; e d) adoção das boas práticas e recomendações técnicas qualificadas sobre segurança da informação.

Acervo:

Repositório de documentos digitais produzidos ou utilizados pelas ações finalísticas do Sistema Integrado de Informações Gerenciais. O sistema tem desenvolvimento e manutenção interna, e passa por um processo de modernização e extensão de sua integração com o sistema de gestão de portal web do Centro (*Liferay*). São adotadas as seguintes atitudes para maximizar sua qualidade e disponibilidade, dentre outras: a) dedicação de uma parcela de sua força de trabalho de TI para seu desenvolvimento e manutenção; b) gestão interna dos requisitos funcionais do sistema; c) maximização do uso de software livre; e d) adoção das boas práticas e recomendações técnicas qualificadas sobre segurança da informação.

Serviços digitais:

Conjunto de ferramentas de software desenvolvidas internamente ou contratados externamente para apoio direto a ações do Contrato de Gestão intensivas em coleta de dados ou informações ou geração de informação e conhecimento com alto uso de Tecnologias da Informação. Abaixo são descritos os serviços digitais que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais.

1. Família Insight*

Insight Survey - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE que implementa um ambiente eletrônico para coleta dados de fontes primárias, por meio de formulários eletrônicos, e gerenciamento todo o processo de coleta. A manutenção da ferramenta é executada exclusivamente pelo CGEE.

Insight Data - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE e parceiro tecnológico contratado que permite a indexação, o armazenamento e a recuperação de

informações textuais e acesso a fontes de conteúdo noticioso disponível na Internet. A manutenção evolutiva da ferramenta, executada por parceiro tecnológico, foi contratada ao custo de R\$159.055,69. Os serviços de infraestrutura para execução da ferramenta e de acesso a conteúdo noticioso têm um custo anual de R\$93.721,38. Já está em produção a instância instalada na infraestrutura do Centro, reforçando a independência do parceiro tecnológico.

Insight Net - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE e parceiro tecnológico contratado que permite a construção de redes de coautorias e redes de similaridade semântica, a integração de informações globais e locais em uma abordagem qualitativa e quantitativa. A manutenção da ferramenta é realizada em ação conjunta tanto pelo CGEE quanto pelo parceiro tecnológico. O valor total referente aos serviços de manutenção prestados pelo parceiro tecnológico em 2017 foi R\$165.283,80.

Insight Tech - Ferramenta em processo de definição de requisitos com objetivo de apoiar os métodos e técnicas contidas na metodologia de observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação. O desenvolvimento é realizado pelo CGEE e já existe um protótipo funcional do módulo de avaliação de criticidade tecnológica.

2. Serviços de informação externos

Serviço de acesso a informações científicas e patentes (Portal de Periódicos Capes).

Clarivate Analytics: serviço de informação online sobre patentes. Custo anual da assinatura: R\$41.688,97.

Conteúdo noticioso: conjunto de fontes noticiosas disponíveis na Internet e acessíveis por meio do Insight Data.

3. Serviços de extração e tratamento de dados e geração de informação

Conjunto variado de ferramentas internas (*web services*) e externas (serviço de extração de dados de fontes disponíveis na Internet) com objetivo de coletar dados para objetivos estabelecidos nas ações derivadas das demandas de Contratos de Gestão ou Administrativos. A manutenção e evolução das ferramentas internas são realizadas pela equipe interna do Centro.

a) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O plano de capacitação de pessoal do CGEE prevê a capacitação dos empregados do Centro, sob a coordenação da área de TI, em duas linhas principais. A primeira é voltada para uma formação básica na infraestrutura de TI (servidores de rede, sistemas operacionais, rede de computadores, segurança da informação, gestão de serviços, sistema ERP etc.). Vale ressaltar que a parceria entre o CGEE e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por meio de sua Escola de Rede, constitui o principal instrumento de realização da formação básica em infraestrutura de TI. A segunda linha de capacitação é direcionada pelas demandas advindas dos Planos de Ação anuais do Contrato de Gestão e de Contratos Administrativos. Cada projeto estabelece suas necessidades de capacitação de modo a atender a necessidade de colaboradores capacitados para atingir com qualidade os objetivos das demandas estabelecidas.

Essas iniciativas em capacitação de pessoal encontram suporte e direcionamento no Plano de Capacitação de Pessoal do CGEE - Resoluções da Presidência nºs. 02 e 03 de 2013.

A participação dos empregados da área de TI é mostrada no Anexo VI constante desse relatório.

b) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Coordenação de TI: 1 Servidor Público - cedido e 1 Profissional Técnico Administrativo (PTA).

Desenvolvimento de software: 2 empregados - Profissional Técnico Especializado (PTE) e 1 estagiário.

Suporte a infraestrutura: 3 empregados - PTE e 2 estagiários.

Unidades especializadas de atuação conjunta:

- Unidade de dados: 4 empregados - PTE e 1 estagiário
- Unidade de Projetos: 3 empregados - Assessores Técnicos, 1 empregado Profissional Técnico Especializado (PTE).

c) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

1. Serviços de suporte ao usuário: sistema iTOP para controle de chamados de suporte e gestão de CMDB (*Configuration Management Data Base*), alinhado com ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*). Processo de experimentação suspenso em vista da necessidade de preparação para o eSOCIAL, que, em conjunto com as demandas diárias de trabalho, consumiu a disponibilidade dos recursos humanos envolvidos nesse período.
2. Gestão de subcontratação de serviços de desenvolvimento de software e correlatos: com automação sobre ferramenta *Redmine*.
3. Metodologia ágil para desenvolvimento de software: *Scrum* + *Kanban*, com uso de ferramentas *TestLink* e *Redmine*.
4. Gestão de projetos: alinhado com *PMBok*, com apoio automatizado construído sobre conjunto formado por: módulos do Sistema Integrado de Informações do CGEE, *Redmine* e *Microsoft Project*.
5. "Project Management Office", uma das principais atribuições da Unidade de Projetos em Gestão da Informação.
6. Gestão de demandas de gestão da informação: primeira versão do processo mapeado e modelado.

d) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Dentre as atividades nodais de atuação do CGEE, destacam-se aquelas em apoio aos projetos finalísticos do Centro (Projetos de Atividade e Projetos Temáticos) relacionados com tecnologias para gestão de dados e informações conduzidas pela Unidade de Projetos e pela Coordenação de TI do Centro.

Ao longo de 2017, são mencionadas as seguintes principais contribuições da Coordenação de TI e da Unidade de Projetos para as ações finalísticas conduzidas pelo Centro:

1. Manutenção corretiva e adaptativa de sistemas e serviços sob a administração da Coordenação: Portal Inovação, Extrator CVLattes (interno), Sistema Integrado de Informações do CGEE.
2. Migração do Portal Inovação para uso de SGBD Postgres e disponibilização do módulo Sibratec para internalização no MCTIC.
3. Continuidade do desenvolvimento de nova versão da ferramenta de consulta estruturada *Insight Survey*, com nova arquitetura baseada em JavaScript e SGBD No-SQL.
4. Participação na modelagem de funcionalidades dos sistemas de informação digitais a serem implementadas no projeto GEF.
5. Desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema Integrado de Informações do CGEE.
6. Apoio ao desenvolvimento das novas versões das ferramentas de inteligência tecnológica do Centro (*Insight Data e Insight Net*).
7. Modelagem do processo do ciclo de vida dos projetos.
8. Desenho e detalhamento do primeiro nível do metaprocesso Inteligência Estratégica em CTI (processos finalísticos do CGEE).
9. Apoio à Certificação ISO 9001 do processo de compra de software e serviços correlatos.
10. Modelagem de funcionalidades para o projeto Mapa do Ensino Profissional e Tecnológico (MEC) bem como análise da fonte de dados do Sistec.
11. Internalização da instância do *InsightData*.
12. Definição detalhamento de requisitos para o Repositório Empresas, sistema para disponibilização de painéis de informações integradas sobre empresas nacionais ou internacionais que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir da internalização de dados coletados em fontes disponíveis na Internet, ou de empresas com as quais o CGEE mantenha acordos de acesso a dados.
13. Apoio em diversas vertentes de TI no projeto Prospecção Tecnológica para o Setor Elétrico.

e) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A dependência de empresas terceirizadas se concentra, conforme o padrão geral das organizações, nos seguintes aspectos: manutenção e suporte do sistema ERP e de softwares básicos (e-mail, gestor de portal web, ferramentas de anti-virus e anti-spam), e no suporte e manutenção de hardware.

Em 2017 o CGEE continuou sua estratégia de diminuição de dependência de empresas e ferramentas proprietárias como mais um passo de otimização de recursos aplicados à TI e aumento de integração com sistemas externos. Para tanto, disponibilizou em ambiente de homologação a primeira versão do sistema Portal Inovação com a substituição do sistema gerenciador de base de dados (SGBD) IBM DB2 pelo *Postgres*. O processo de homologação foi suspenso em vista de demandas prioritárias relativas à disponibilização do módulo Sibratec (que compõe o Portal Inovação) para internalização pelo MCTIC. Em 2018 serão retomadas as ações de conclusão da substituição completa do DB2 pelo *Postgres* no Portal Inovação e demais sistemas que utilizam o SGBD proprietário. O projeto é executado pela equipe interna do Centro.

Outro nicho de utilização de ferramentas proprietárias são aquelas que apoiam a automação de escritório (sistema de e-mail, edição de textos, planilhas, apresentação) e gestão de projetos (*MS Project*). Nestes casos, a dependência se coloca no sentido de licenciamento do software, sem que haja a necessidade de contratação de nenhum serviço adicional necessário (suporte técnico e operacional).

Como fator de aumento de capacidade para tratar a segurança da informação, o Centro mantém sua parceria tecnológica com o Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (CAIS) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Essa parceria é extremamente valiosa por complementar a capacidade interna do CGEE em prevenir, tratar e responder a incidentes de segurança da informação. Entretanto, o Centro mantém profissionais técnicos capacitados no assunto Segurança da Informação e atua continuamente na gestão desse aspecto de TI.

Além dos aspectos mencionados, o Centro mantém uma grande independência tecnológica em relação a fornecedores de serviços de TI. Muito dessa independência é resultado de ações continuadas no sentido de uso de software livre e transferências tecnológicas em todos os seus contratos que envolvem a aplicação de técnicas, métodos e ferramentas novas. A questão da transferência tecnológica constitui uma previsão contida nas metodologias aplicadas nas ações conjuntas do Centro e seus parceiros tecnológicos e fornecedores.

Por fim, nas tarefas de prospecção tecnológica de software conduzidas pela área de TI do Centro, busca-se privilegiar as soluções e tecnologias abertas sempre que possível.

4.3.2 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A renovação do contrato de gestão, que foi iniciada em 2017 e postergada para o período 2018/2019, juntamente com o Plano Diretor aprovado pelo Conselho de Administração, constituem os marcos fundamentais para a elaboração PETI ou PDTI. Além desses dois direcionadores, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti) aprovada pelo MCTIC, ao final de 2016, influencia as demandas desse Ministério ao Centro, que por sua vez implicam em determinação de metas para as ações de TI. Considerando esse momento de transição do contrato de gestão, o CGEE decidiu adiar a conformação desse Plano Estratégico para 2019, quando os citados marcos se mostrarem mais consolidados.

4.3.3 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Ainda que a formalidade do PETI/PDTI ainda não tenha sido materializada, as determinações estratégicas e sua realização tática e operacional tem sido objeto de condução por meio do colegiado da Diretoria e da Coordenação de Tecnologia da Informação (TI) do Centro, respectivamente. As principais decisões desse colegiado na definição de diretrizes de ação para TI, no ano de 2017, alinham-se com a agenda de trabalho estabelecida no Plano de Ação anual constante do Contrato de Gestão, conforme a prática realizada nos anos anteriores. Em 2017, o pano de fundo que orientou as ações de TI ainda foram influenciadas pelas consequências advindas das dificuldades pelas quais o País passou no período recente (2015-2016). Em primeiro lugar foi mantida a estratégia de incentivo intenso a produção e melhoria da automação - processos e ferramentas -, aplicáveis diretamente nos processos finalísticos do Centro. Em segundo lugar, foi estabelecida uma linha de trabalho evolutiva para a infraestrutura de Tecnologia da Informação que posicione o CGEE de forma vantajosa, no longo prazo, frente as evoluções de tecnologia da informação observadas no mercado e atenda as necessidades de infraestrutura para o curto e médio prazos.

As principais decisões estratégicas abordaram (a) a modelagem dos processos finalísticos do centro - estudos prospectivos e de avaliação estratégica -, promovendo características de excelência e automação; (b) continuidade da automação do ciclo de vida de projetos e serviços, e gerenciamento de carteira de projetos, em conformidade com os processos adotados para execução e gestão desses componentes programáticos do Centro; (c) continuidade do aprimoramento da família de ferramentas automatizadas *Insight** (*Insight Survey, Insight Data, Insight Net, Insight Tech*) por meio da continuidade de ações evolutiva para suas funcionalidades; e (d) revisão e preparação de nova infraestrutura de tecnologia da informação, versando sobre capacidades de

processamento e armazenamento de grandes volumes de dados e arquitetura voltada para serviços.



5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção se divide em subitens que dizem respeito às informações dos canais de acesso do cidadão ao CGEE, mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da instituição e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

De modo a cumprir o princípio da transparência e o atendimento de demandas apresentadas pelo seu público alvo e o cidadão em geral, o CGEE possui mecanismos de relacionamento com a sociedade em diversos meios, prestando informações que estão sob sua área de atuação.

Seguindo as orientações técnicas emanadas pelas normas do TCU o CGEE não discorreu sobre os subitens 5.2 e 5.3, que tratam da Carta de Serviços ao Cidadão e Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, respectivamente, por entender que dada a sua natureza jurídica os referidos subitens não são aplicados ao Centro, conforme explicitado abaixo.

5.1. Canais de Acesso do Cidadão

O portal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), hospedado no endereço < <https://www.cgee.org.br/> >, é o principal meio de comunicação do Centro com os usuários em geral. Por meio desse canal, o público tem acesso a informações referentes às atividades e aos estudos realizados no âmbito das Linhas de Ação programáticas da instituição. O portal foi reformulado e sua atual versão foi disponibilizada aos usuários em outubro de 2015. Desde então, foi implementada uma série de melhorias para facilitar a navegabilidade. No ano de 2017, o site obteve mais de 140 mil acessos e alcançou a marca de mais de 120 mil *downloads*, incluindo conteúdos alusivos a seus estudos e publicações.

A comunicação com o usuário é realizada, principalmente, pelo e-mail info@cgee.org.br. São recebidas, periodicamente, várias solicitações nesse endereço. Esses pedidos são analisados e distribuídos aos empregados do Centro responsáveis pelas demandas em questão.

O CGEE também realiza e participa, anualmente, de uma série de eventos que são importantes canais de interação com a sociedade em geral e com integrantes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). O Centro organizou, ao longo de 2017, 121 eventos, no Distrito Federal e nas demais unidades da Federação, com a participação de 1065 representantes da área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) ou abertos ao público em geral. Essas agendas mobilizaram representantes de 252 instituições de todo o País, ligadas ao setor.

Dos eventos dos quais o CGEE participou em 2017, podem ser destacados: a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), considerada a maior iniciativa de divulgação científica do País; a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT); e a atividade de comemoração do aniversário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quando o CGEE lançou, em formato de resumo executivo, os resultados

do estudo sobre *Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (Pibic).

As redes sociais também são importantes canais de relacionamento com a sociedade. No *Twitter*, foram registradas 6.426 visitas ao perfil do Centro. A página divulga estudos e ações, como eventos realizados pela instituição. Além disso, serve de espaço para respostas às dúvidas do público em geral. Por sua vez, o *Linkedin* do Centro é voltado para o público especializado, que já conhece as atividades da organização.

O Centro também publicou os números 44 e 45 da revista *Parcerias Estratégicas*. A primeira edição foi temática, destacando os impactos da seca sem precedentes que atingiu o Semiárido brasileiro de 2010 a 2017, além das políticas direcionadas a mitigar os efeitos desse fenômeno. O segundo número tratou, entre outros assuntos, da criação dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDR).

Ainda em 2017, o CGEE produziu, entre outras, as seguintes publicações: *Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals – Advanced low-carbon fuels for transport and industry*; *A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros – Percepção pública da C&T no Brasil - 2015*; e *Competências para inovar na Indústria farmacêutica brasileira*. Editou, do mesmo modo, uma versão em Língua Portuguesa, também em formato de resumo executivo, do estudo sobre Bioenergia e bioquímicos de segunda geração de cana-de-açúcar: combustíveis avançados de baixo carbono para o transporte e a indústria.

Além disso, o Centro publicou diversas peças de comunicação voltadas à divulgação das ações da instituição, como folders institucionais, banners, vídeos e hotspots.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Conteúdo *não aplicável* ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conteúdo *não aplicável* ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação do CGEE

Estão disponíveis no sítio do CGEE informações acerca de sua gestão. Dessa maneira destaca-se que, desde outubro de 2015 o Centro passou a divulgar em seu site <https://www.cgee.org.br/contratos-firmados>, informações relativas a todas

as contratações efetuadas, independente da modalidade de seleção utilizada, além das costumeiras informações sobre o Contrato de Gestão e Termos Aditivos, relatórios, balanços e auditorias, processos seletivos de pessoal e processos de aquisição de bens e serviços, quando cabível, bem como, informações sobre diárias e passagens custeadas pelo Centro.

5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

As medidas de acessibilidade adotadas pelo CGEE foram realizadas quando da confecção do projeto de arquitetura e execução das obras das novas instalações do CGEE em sua sede localizada no Edifício Parque Cidade. Após a conclusão das obras não foi incluída nenhuma nova medida relacionada à acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. No entanto, o CGEE tem envidado esforços para garantir que pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida não encontrem barreiras arquitetônicas em seu espaço, eliminando obstáculos e assim assegurando o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Ratifica-se que as instalações do CGEE são adaptadas ao acesso de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou com mobilidade reduzida, possui corredores largos para acessibilidade às salas e portas de entrada com condições que permitem o acesso desse público. Com relação ao mobiliário, as mesas utilizadas no Centro e as sinalizações internas também foram projetadas para atender essa demanda.

Dada a importância do disposto na seção 9.5 da NBR 9050/2004, o balcão da recepção do Centro foi desenhado de forma a atender a Portadores de Necessidades Especiais, sendo esse rebaixado. Objetivando ainda viabilizar a locomoção, o Centro possui cadeira de rodas disponível.

Quanto à área coletiva, o edifício sede do CGEE, especificamente no 4º andar possui dois banheiros - um masculino e outro feminino - destinados ao uso desse público. Ainda nessa área coletiva, em atendimento ao previsto na ABNT - NBR 13994/2000 - os elevadores de passageiros possuem aviso sonoro indicando o andar e a direção do movimento (se subindo ou descendo) além da identificação dos pavimentos em braile, com comunicação e sinalização adequada.

Seguindo as especificações técnicas de desenho traçado de acordo com as normas vigentes, os acessos ao interior dos prédios estão livres de obstáculos que impeçam e dificultem a acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou mobilidade reduzida. De forma a atender de maneira eficaz esse público alvo e os idosos vagas de garagem foram reservadas no estacionamento do edifício.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Esse tópico será composto por informações que seguem numerações individualizadas sobre o desempenho financeiro do CGEE no exercício de 2017. Também abordará o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos do Centro, bem como as demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica vigente.

6.1. Desempenho Financeiro no Exercício

Durante o ano de 2017, o CGEE manteve o esforço no sentido de buscar a redução de custos e a obtenção do equilíbrio financeiro e operacional de modo a ajustar-se à redução nos limites orçamentários que lhe foram impostos nos últimos anos. Para isso privilegiou a utilização integral, e às vezes até em condições excepcionais, de sua equipe técnica no desenvolvimento dos trabalhos realizados, objetivando cumprir a sua missão pré-estabelecida no plano de ação anual, reduzindo gastos com pessoal temporário ou contratado para prestação de serviços de consultoria.

Diferentemente do ocorrido em anos anteriores, os recursos oriundos do Contrato de Gestão foram todos repassados, sendo totalmente integralizados até o final do exercício. Contudo, a demora na negociação e conseqüentemente da assinatura do 13º Termo Aditivo retardou o início do desenvolvimento de algumas ações. Por outro lado, a aplicação financeira desses recursos, recebidos ainda no mês de dezembro, proporcionará a obtenção de ganhos financeiros que serão reaplicados nas atividades a serem desenvolvidas no curso de 2018.

O atual ciclo do Contrato de Gestão 2010-2016 foi prorrogado por mais um ano, por meio do 12º Termo Aditivo, tendo seu encerramento previsto para 30/06/2018. A expectativa é de que o novo ciclo do Contrato de Gestão seja negociado e firmado no primeiro semestre de 2018.

6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

✓ Depreciação - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-

se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

✓ Amortização - Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

✓ Índices de Depreciação e Método de Avaliação

Na análise dos indicadores internos e externos, não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*). No quadro 9 são demonstrados os percentuais de depreciação e amortização do imobilizado e intangível utilizados em 2017.

QUADRO 9 - ÍNDICES DE DEPRECIAÇÃO E MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Descrição	Taxas de Depreciação/Amortização
Imobilizado	
Equipamento de Informática	20%
Instalações	10%
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Audiovisual	20%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%
Intangível	
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%

Fonte: Elaboração própria

6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade

O CGEE mantém uma estrutura de centro de custos segregada por Projetos e Atividades, em que são registrados todos os custos possíveis de serem identificados de forma direta. Os custos indiretos voltados à manutenção da estrutura operacional do Centro têm possuem centro de custo específico (manutenção e operação).

6.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de Acordo com Legislação Específica

Os documentos que dizem respeito às demonstrações contábeis e notas explicativas, elaboradas de acordo com legislação específica, são apresentados nesse Relatório de Gestão e estão, também, disponíveis para consulta no endereço eletrônico do CGEE <https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O item dessa seção tem por objetivo apresentar o cumprimento de demandas específicas oriundas de Órgãos de Controle. Dessa maneira, são demonstrados conteúdos relativos ao tratamento de determinações e recomendações do TCU e recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI). Adicionalmente, serão apresentadas informações pertinentes à revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento e dados sobre ações de publicidade e propaganda.

O subitem 7.3 relativo à demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 não se aplica ao Centro, face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos.

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em atendimento às determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constam do **Anexo VII** deste relatório as providências adotadas pelo Centro. No exercício de 2017 o CGEE não foi submetido a nenhuma inspeção in loco por parte daquela Corte de Contas.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Em 2017, o CGEE foi submetido a auditoria por parte do Órgão de Controle Interno – Controladoria Geral da União (CGU), que conduziu, entre os meses de agosto e setembro de 2017, uma Auditoria Anual de Contas (AAC) relativa ao exercício de 2016, em atendimento ao disposto do Art.7º da Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

Registra-se que desde outubro de 2016, quando o acesso ao sistema foi disponibilizado, o Centro vem atendendo as recomendações específicas da CGU no tocante à inserção de informações no Sistema Monitor, prática reconhecida como positiva por parte dessa Controladoria por ocasião da elaboração do último Relatório de Auditoria Anual.

7.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Conteúdo não aplicável ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

7.4. Informações sobre a revisão dos Contratos vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A exemplo dos anos anteriores, o CGEE esclarece que não cabe repactuação de contratos, considerando que esses já foram firmados na vigência dos referidos dispositivos legais permissionários da desoneração.

7.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

As ações de publicidade e propaganda realizadas pelo CGEE se restringem às ações de publicidade legal referentes às demonstrações contábeis, as quais são veiculadas no Diário Oficial da União (DOU) e em jornais de circulação nacional. Além dessas, quando cabíveis são feitas publicações relativas a convocações para processos seletivos de pessoal e de contratações de bens e serviços, nos termos dos regulamentos próprios.

8. ANEXO – I a VII



ANEXO I - Plano de Ação 2017

Anexo I - Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE / MCTIC / MEC

Período 2010 / 2017

Plano de Ação - 2017

Orçamentos Estimativos e Prazos

Vinculação e Aderência		Linhas de Ação	Ação	Projetos / Atividades	Previsão de dispêndios 2017	Demandante	Novos Recursos	Previsão de Conclusão
Objetivos Estratégicos do CG	Desafios Nacionais para a CT&I (ENCTI - 2016/2022)							
I	D1	Estudos, Análises e Avaliações	Inovação e competitividade em setores econômicos e industriais	Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira		SEPIN/MCTIC	50.000,00	30/06/2018
I	D1		Temas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil	Panorama brasileiro em Manufatura Avançada		SETEC/MCTIC	50.000,00	30/06/2018
I	D1			Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	110.000,00	SEPED/MCTIC		30/06/2017
II	D4			Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)		SESU/MEC	500.000,00	30/06/2018
I	D2 e D3	Articulação	Avaliação de Programas em CT&I	Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC		SEPED/MCTIC	50.000,00	31/12/2017
I	D2			Avaliação dos impactos da Lei de Informática	110.000,00	SEPIN/MCTIC		30/06/2017
I e II	D2			Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	110.000,00	SETEC/MCTIC	100.000,00	30/06/2018
II	D2			Atividade - Recursos Humanos para CT&I	137.500,00	CGEE		31/12/2017
I	D2	Arranjos institucionais em temas relevantes para políticas e programas em CT&I	Internacionalização da CT&I brasileira	Atividade - Indicadores de Inovação	45.100,00	CGEE		31/12/2017
II	D3			Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	1.815.000,00	MEC	500.000,00	30/06/2018
II	D3			Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	825.000,00	MEC		30/06/2018
II	D4			Mapa da Educação Superior no Brasil		SESU/MEC	500.000,00	30/06/2018
I e III	D1	Apelo Técnico à Gestão Estratégica do ENCTI	Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	165.000,00	CGEE		31/12/2017
I e III	D5			Apelo técnico à plataforma de comunicação Agricultura e Alimento	148.500,00	MCTIC / Forum do Futuro		30/06/2017
I	D2			Apelo técnico à Consulta pública sobre telecomunicações		STE/MCTIC	50.000,00	31/12/2017
I	D2			Apelo técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI		CNPq	100.000,00	30/06/2018
I	D1	Apelo Técnico à Gestão Estratégica do ENCTI	Apelo ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC			DPO/SEXEC/MCTIC	150.000,00	30/06/2018

I e III	D1, D2, D3, D4 e D5	Disseminação da Informação em CT&I	Foros de Discussão em CT&I	Atividade - Notas técnicas	50.000,00	CGEE	31/12/2017
III	D1, D2, D3, D4 e D5	Disseminação da Informação em CT&I	Publicações do CGEE e participação em eventos	Atividade - Reuniões de especialistas	50.000,00	CGEE	31/12/2017
III	D1, D2, D3, D4 e D5	Desenvolvimento Institucional	Competência metodológica e gestão de informações estratégicas	Atividade - Produção e disseminação de informação	242.000,00	CGEE	31/12/2017
III	D1			Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	110.000,00	CGEE	31/12/2017
III	D2			Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	383.350,00	CGEE	31/12/2017
			SUBTOTAL 01		4.301.450,00		
				Pessoal e Encargos			
			Gestão Operacional	Manutenção e operação			9.250.000,00
				Capacitação de pessoal			2.718.016,00
				Investimentos			50.000,00
			SUBTOTAL 02				50.000,00
							12.068.016,00
				Atividades / Projetos Continuados	4.301.450,00		
				Projetos Novos + Gestão Operacional			14.118.016,00
				Recomposição da Reserva Técnica			1.100.000,00
				Valor do Plano de Ação 2017	4.301.450,00		15.218.016,00

Legenda
Projetos em andamento
Projetos Temáticos novos
Atividades
Previsão de dispêndios 2017 *

Os valores indicados representam o saldo verificado em cada um dos Projetos e/ou Atividades em 31.12.2016, além de já considerar as reprogramações de trabalho, ajustes de conteúdo (ampliação/redução) e forma de execução (indireta/direta), ressaltados para o ano em curso (2017).

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão	
I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;	
II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;	
III. Apoiar e promover a realização de eventos e de fóruns de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;	
IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor	
Desafios Nacionais para a CT&I (ENCTI - 2016/2022)	
D1 - Posicionar o Brasil entre os países com maior desenvolvimento em CT&I	
D2 - Aprimorar as condições institucionais para elevar a produtividade a partir da inovação	
D3 - Reduzir assimetrias regionais na produção e no acesso à CT&I	
D4 - Desenvolver soluções inovadoras para a inclusão produtiva e social	
D5 - Fortalecer as bases para a promoção do desenvolvimento sustentável	

ANEXO II - Demonstrativo de Produtos com Prazo de Entrega em 31/12/2017

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CGEE/MCTIC/MEC
Período 2010/2017

ANEXO II
DEMONSTRATIVO DE PRODUTOS COM PRAZO DE ENTREGA EM 31/12/2017

Linha de Ação	Projeto	Produtos
Estudos, análises e avaliações	Projeto Temático: Subsídios técnicos para a Estratégia Digital Brasileira - EDG	Relatório estatístico preliminar da consulta sobre a EDG
	Projeto Temático: Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	Panorama preliminar sobre oportunidades e tendências para o País em manufatura avançada
	Projeto Temático: Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	Panorama da Bioeconomia no Brasil e identificação das áreas estratégicas (*)
	Projeto Temático: Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	Plano de trabalho detalhado
	Projeto Temático: Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC	Mapa digital de redes temáticas de colaboração do MCTIC (*)
	Projeto Temático: Avaliação dos impactos da Lei de Informática	Contribuições para um novo arcabouço legal da Lei 8.428
	Projeto Temático: Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	Metodologia para a avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem
	Atividade: Recursos Humanos para CT&I Projeto: Serviços de informação de RH para CT&I	Metodologia de análise da produção científica para avaliação de impacto de programas de formação de Recursos Humanos para CT&I (*)
	Atividade: Indicadores de Inovação Projeto: Indicadores de Inovação nas empresas brasileiras	Subsistema de coleta e armazenagem de dados (formulário de captura de dados on line operante) desenvolvido
		Subsistema de disseminação e armazenagem de dados (Visualizador dos indicadores de inovação operante) desenvolvido
Articulação	Projeto Temático: Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Relatório do modelo de agenda regional e escolha dos pilotos dos Centros (CDR)
		Relatório de características da socioeconomia e base técnico-científica das regiões
	Projeto Temático: Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	Relatório de requisitos da ferramenta eletrônica do Mapa da EPT
	Projeto Temático: Mapa da Educação Superior no Brasil	Plano de trabalho detalhado
	Atividade: Inserção do CGEE em agendas internacionais Projeto: Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável	Relatório do Estado da Arte da Tecnologia E2G no Mundo (*)
	Projeto temático: Apoio técnico à plataforma de comunicação Agricultura e Alimento	05 (cinco) textos decodificados a partir de notas técnicas em temas relevantes para a agricultura e alimento
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Projeto Temático: Apoio técnico à Consulta Pública sobre Diretrizes para o setor de Telecomunicações	Relatório final da Consulta Pública
	Projeto Temático: Apoio técnico ao CNPq para o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de planejamento estratégico	Relatório da capacitação de analistas do CNPq
	Projeto Temático: Subsídios técnicos para a gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC	Relatório sobre os focos temáticos constantes da agenda de pesquisa das UPs vinculadas ao MCTIC

Disseminação da informação em CT&I	Atividade: Produção e disseminação de informação	Duas publicações em formato impresso (*)
	Projeto: Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	Números 44 e 45 da revista PE
		Novo vídeo institucional
	Atividade: Produção e disseminação de informação	Proposta de Metodologia de Avaliação da Percepção Externa do Centro (versão preliminar)
Desenvolvimento Institucional	Projeto: Comunicação como ferramenta de gestão do desempenho institucional	Metodologia para a Entrega dos Projetos e Serviços (versão preliminar)
	Atividade: Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Relatório anual contendo análises e recomendações do OTE (*)
	Projeto: Observatório de Tecnologias Espaciais	
	Atividade: Desenvolvimento de Competências Metodológicas	Versão 2.0 da ferramenta Insight Data
	Projeto: Exploração de dados e visualização de informação	Versão 1.0 da ferramenta Insight Net Browser
	Atividade: Desenvolvimento de Competências Metodológicas	Documento contendo o desenho e detalhamento do primeiro nível do metaprocesso Inteligência Estratégica em CTI
	Projeto: Modelagem e Automação de Processos Finalísticos	Documento contendo a modelagem do processo Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, contemplando as especificações de software mínimas para automação

(*) Produto selecionado para fins de aplicação de metodologia de avaliação de impacto potencial, conforme descrita no Indicador IV do Anexo VII do 13º TA

ANEXO III – Quadro Resumo de Projetos e Atividades em 2017

QUADRO RESUMO DE PROJETOS E ATIVIDADES EM 2017

LINHAS DE AÇÃO	PROJETOS E ATIVIDADES	POSIÇÃO EM 31/12/2017
Estudos, Análises e Avaliações	Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira	ANDAMENTO
	Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	ANDAMENTO
	Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	CONCLUÍDA
	Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	ANDAMENTO
	Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC	CONCLUÍDA
	Avaliação dos impactos da Lei de Informática	CONCLUÍDA
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	ANDAMENTO
	Atividade - Indicadores de Inovação	ANDAMENTO
Articulação	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	ANDAMENTO
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	ANDAMENTO
	Mapa da Educação Superior no Brasil	ANDAMENTO
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	ANDAMENTO
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	CONCLUÍDA
	Apoio técnico à Consulta pública sobre telecomunicações	CONCLUÍDA
	Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	ANDAMENTO
	Apoio ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC	CANCELADA
	Atividade - Notas Técnicas	ANDAMENTO
	Atividade - Reuniões de Especialistas	ANDAMENTO
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	ANDAMENTO
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	ANDAMENTO

ANEXO IV – (Relatório Anual 2017 CA) – Tabela 1 – Comparativo Metas Programadas e Alcançadas em 2017

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO – CAA
DO CONTRATO DE GESTÃO DO
CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE**

**RELATÓRIO ANUAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, com a interveniência do Ministério da Educação – MEC, instituída pela Portaria MCTI nº 261, de 14 de março de 2014, em cumprimento ao disposto na legislação vigente, reuniu-se em Brasília, na sede do CGEE, entre os dias 16 e 17 de abril de 2018, para avaliar os resultados alcançados pela Organização Social no período de janeiro a dezembro de 2017, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

Esta Comissão, composta pelos membros relacionados abaixo, atua em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Primeira - Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação de Resultados, do Contrato de Gestão. Estiveram presentes:

Rogério Amaury de Medeiros (Presidente da Comissão de Avaliação), representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Maria Aparecida Stallivieri Neves, representante do MCTIC

Odilon Marcuzzo do Canto, representante do MCTIC

Luiz Fernando Fauth, representante do MCTIC

Sylvia Helena Figueiredo Prata, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP

Acompanharam a reunião, como representantes da Diretoria de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais – DPO, do MCTIC, Ana Paula Reche Corrêa, Coordenadora de Avaliação e Francisco Gilmar Pereira do Carmo, Coordenação de Avaliação. Por parte do Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento do MEC, Ana Cláudia Moura Torres acompanhou as atividades do dia 17. Não compareceu à reunião o membro José Eduardo de Azevedo Fiates, que solicitou oficialmente seu desligamento da Comissão após convocação, por motivo de acúmulo de responsabilidades institucionais que o impedem de corresponder à responsabilidade da função na Comissão. As atividades da CAA foram iniciadas às 9h00 do dia 16 de abril de 2018, cumprindo a agenda de trabalho encaminhada previamente pelo MCTIC.



2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Para a elaboração do presente Relatório, a Comissão baseou-se na sugestão de pauta enviada aos membros em 9 de abril de 2018, por meio do Ofício-circular nº 50/2018/SEI-MCTIC: (1) Informes e organização dos trabalhos; (2) Apresentação do Relatório Anual 2017 pela Diretoria do CGEE; (3) Análise do Relatório Anual 2017; (4) Avaliação do grau de alcance das metas pactuadas no Contrato de Gestão; (5) Análise do atendimento das recomendações/sugestões; (6) Elaboração do Relatório Final da Avaliação Anual 2017 da CAA; (7) Apresentação do Relatório Final da Avaliação Anual 2017 da CAA; e (8) Análise de indicadores de desempenho institucional.

A partir da exposição e discussão do Relatório Anual 2017 do CGEE, os membros da Comissão detiveram-se na análise dos dados e informações disponibilizados pela Direção do CGEE e DPO/MCTIC, particularmente em relação à realização das atividades e dos produtos apresentados, com vistas ao acompanhamento do indicativo de alcance das metas pactuadas.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

3.1 ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES DA COMISSÃO

Após a análise do Relatório Anual 2017 do CGEE, considerando os esclarecimentos prestados pela Direção da OS, são apresentados, a seguir, os comentários para as recomendações/sugestões constantes dos relatórios anteriores desta Comissão, a saber:

RELATÓRIO ANUAL 2016

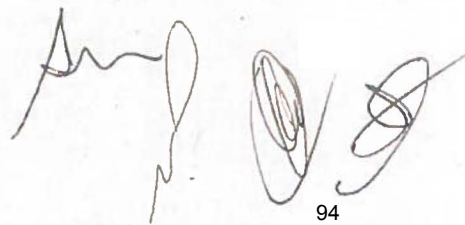
Ao MCTI e ao CGEE

1. A CAA recomenda que, no caso do Indicador VIII, o MCTIC proceda à normatização do processo de formulação de demandas por estudos junto ao CGEE e respectiva homologação dos resultados.

Comentário da CAA – Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. Foi publicada a Portaria nº 3.885, de 13 de julho de 2017, que estabeleceu procedimentos tanto para a solicitação, como para a homologação dos produtos pelos demandantes. De acordo com a portaria, a atividade de solicitação de produtos ao CGEE, realizada por órgãos do MCTIC, deve contemplar a formalização da demanda dos produtos à Secretaria Executiva e a elaboração dos Termos de Referência desses produtos. A Secretaria Executiva é a responsável pela análise de conformidade, conveniência e oportunidade de aceitação dos produtos a serem incluídos no Plano de Ação que integrará o Contrato de Gestão. Por parte da Organização Social, compete ao Conselho de Administração do CGEE deliberar sobre a inclusão, ou não, desses produtos no Plano de Ação a ser pactuado com o MCTIC. Uma vez entregues, os produtos deverão ser homologados pelos seus demandantes institucionais, que foram devidamente identificados no momento da solicitação.

2. No caso do Indicador IV, recomenda-se ao CGEE estudo de viabilidade de indicadores de resultados e impactos das atividades típicas do Centro ao final do ciclo do Contrato de Gestão.

Comentário da CAA – Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ALTERADA. O escopo dessa recomendação toma como base os resultados obtidos desde a implementação do Quadro de Metas e



Indicadores de Desempenho, que consolidou o conjunto de indicadores no ano de 2017, incluindo os de impacto em fase experimental e os de economicidade solicitados pelos órgãos de controle, o que permitiu avanços significativos no monitoramento dos resultados da parceria estabelecida. Nesse novo patamar, esta recomendação foi ampliada para abranger o conjunto de indicadores que dão suporte à avaliação de desempenho da OS. A descrição de cada um dos indicadores deve ser revisitada para a identificação de inconsistências e a previsão de situações excepcionais, a exemplo do cancelamento de produtos ou o tratamento de produtos sigilosos. Outro ponto a ser aprofundado é o aperfeiçoamento dos indicadores para conferir maior sensibilidade à medição, a exemplo do Indicador IV, que dá um salto para 100% a partir da nota média de referência. Os indicadores de visibilidade institucional (Indicador V) e de repercussão dos trabalhos (Indicador VI) deverão ser redimensionados/calibrados para ajuste da meta aos resultados mais atuais da OS. A apresentação das informações sobre os indicadores deverá contemplar, sempre que possível, o registro da linha de base, o histórico/fonte dos dados de referência.

Recomendação alterada:

Ao MCTIC e ao CGEE

O MCTIC, o CGEE e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação devem reunir-se para, com o apoio de especialistas, revisar o Quadro de Indicadores e Metas em todos os seus aspectos.

3. No caso do indicador VII, cujo peso não foi definido, recomenda-se que o CGEE e o MCTIC definam este peso na próxima pactuação.

Comentário da CAA – Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. O peso definido foi 0,5.

4. No caso dos pesos de cada indicador, esta Comissão de Avaliação recomenda um equilíbrio: que variem de 0,5 a 3.

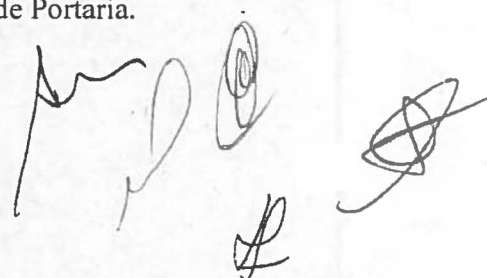
Comentário da CAA – Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. Os pesos de todos os indicadores foram revistos para permanecerem nessa faixa.

RELATÓRIO ANUAL 2015

Ao MCTI e ao CGEE

1. A CAA recomenda que a avaliação de produtos (por amostragem) junto ao demandante/destinatário seja adotada como procedimento regular no âmbito do Contrato de Gestão.

Comentário da CAA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO, atualmente os produtos finalizados são enviados ao MCTIC e este, por sua vez, os reenvia ao demandante. O último encaminhamento do CGEE foi em 23 de janeiro de 2016. O processo de formalização dessa avaliação deve ser realizado pelo MCTIC por meio de Portaria.



Comentário da CAA – Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. Foi publicada a Portaria nº 3885, de 13 de julho de 2017, que estabeleceu procedimentos tanto para a solicitação, como para a homologação dos produtos pelos demandantes.

2. A CAA recomenda que seja feito esforço de associação entre os indicadores de desempenho e os objetivos estratégicos do Contrato de Gestão, por exemplo, indicadores de impacto 4 e 6.

Comentário da CAA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO. A recomendação deverá ser atendida no âmbito das discussões sobre objetivos e metas do novo Contrato de Gestão e respectivo Quadro de Indicadores e Metas.

Comentário da CAA Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO INCORPORADA à recomendação que trata da revisão do Quadro de Indicadores e Metas em um contexto mais amplo e compreensivo.

Ao CGEE

1. Fazer constar na próxima pactuação do Termo aditivo metas para todos os indicadores já pactuados no Quadro de Indicadores e Metas - QIM, incluindo aqueles que se encontram em fase experimental.

Comentário da CAA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.

Comentário da CAA Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. A avaliação plena do indicador VIII depende da implementação da Portaria nº 3885/2017, que demandará a homologação dos produtos entregues, pois depende da “Avaliação dos resultados dos projetos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão **pelos demandantes**”, o que é uma etapa em processo de implementação pelo MCTIC (homologação de resultados – Portaria nº 3885/2017), não dependendo da atuação do CGEE.

RELATÓRIO ANUAL 2014

Ao MCTIC

Que o MCTI forneça informações sobre os desdobramentos das subações da Ação “Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I” da Linha de Ação “Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I”: “CT&I para o Desenvolvimento do Nordeste” (CONSECTI/CONFAP) e “CT&I para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido do Brasil” (SEPED/MCTI e MI), concluída em 2014.

Comentário da CAA Relatório Anual 2015: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO

Comentário da CAA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO

Comentário da CAA Relatório Anual 2017: RECOMENDAÇÃO ENCERRADA. O Objetivo dessa recomendação foi demonstrar o processo de entrega dos produtos e identificar os demandantes, medindo sua percepção quanto à qualidade e à utilidade dos resultados obtidos. Essa recomendação não mais se aplica, uma vez que todo o processo foi previsto na Portaria nº 3885/2017, que traz fluxo e instrumentos para a solicitação e a homologação de produtos do CGEE.

Além disso, houve vários desdobramentos dos produtos iniciais, tanto na linha dos estudos do semi-árido, como na linha de estudos sobre o Nordeste, como relatórios, agenda internacional, rede de pesquisadores, publicações, banco de tecnologias, que demonstram a efetividade dos documentos apresentados.

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação examinou as duas recomendações da CGU e avaliou o estágio de atendimento de cada uma delas, emitindo suas considerações:

RECOMENDAÇÕES DA CGU

Recomendação 175967: Que o MCTIC e o CGEE passem a avaliar regularmente o impacto das ações realizadas por meio do Contrato de Gestão para o alcance das diretrizes estratégicas da Política Nacional de CT&I.

Comentário da CAA Relatório Anual 2017: Os indicadores de impacto IV e VIII, que estavam sendo utilizados em caráter experimental, foram oficialmente inseridos no 13º Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com o CGEE. A aferição do Indicador IV foi realizada pela primeira vez durante a reunião da Comissão, sendo que a avaliação do Indicador VIII deverá aguardar a manifestação dos demandantes, como determina o próprio descritor do indicador, o que está em processamento pelo MCTIC e deverá ser apresentado na próxima reunião da Comissão. Tratando-se de processo contínuo, o aperfeiçoamento dos indicadores é foco primordial dos trabalhos da Comissão.

Recomendação 175965: Que o CGEE, em conjunto com o MCTIC, buscando alinhamento com a ENCTI ou outras políticas públicas relacionadas, **ouvida a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão**, aprimore o quadro de indicadores e metas, com o estabelecimento de linhas de base, levantamento do histórico, identificação das fontes dos dados, além da disponibilização das informações utilizadas pela Comissão de Avaliação para a elaboração do seu parecer anual.

Constatação 1.1.2.1: Fundamentação insuficiente dos indicadores impede uma melhor avaliação qualitativa de sua utilidade, confiabilidade e validade, contrariando o inciso I, artigo 7º, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998

Comentário da CAA Relatório Anual 2017: Recomendação em Atendimento, conforme Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2017, que culminou com o seguinte encaminhamento: “O MCTIC, o CGEE e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação devem reunir-se para, com o apoio de especialistas, revisar o Quadro de Indicadores e Metas em todos os seus aspectos.” É necessário compreender os avanços já obtidos no processo de avaliação, que se encontra muito mais estruturado e regulado. Todos os indicadores estão implementados e o foco do processo é seu aperfeiçoamento.

3.2 AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS PACTUADAS

A avaliação foi realizada com base nas informações contidas no Relatório Anual 2017, na apresentação da Diretoria e durante a visita da Comissão ao CGEE. A Tabela 1 resume o grau de realização das metas durante o ano de 2017 em relação ao pactuado.



Tabela 1 – Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2017

nº	Indicadores				Metas Pactuadas 2017	Realizadas em 2017	Grau de Alcance em 2017 (%)	Nota	Total de Pontos
	Título	Unidade	Peso	Qualificação					
I	Execução Física do Plano de Ação	Ud	3	Eficácia	29-1* = 28	28	100	10	30
II	Taxa de Reprogramação do Prazo de Entrega	Ud	2	Eficiência	0	0	100	10	20
III	Entrega ao Demandante	Ud	1	Eficácia	29-1* = 28	28	100	10	10
IV	Impacto dos projetos	Ud	0,5	Efetividade	6	6	100	10	5
V	Visibilidade Institucional	Ud	0,5	Efetividade	≥35.000	141.615	100	10	5
VI	Repercussão dos trabalhos desenvolvidos	Ud	0,5	Efetividade	≥100.000	121.578	100	10	5
VII	Instituições participantes em Eventos Promovidos	Ud	0,5	Efetividade	200	252	100	10	5
VIII	Avaliação dos resultados dos projetos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão pelos demandantes	Ud	0	Efetividade	N/A	N/A	N/A	N/A	0
IX	Custo relativo do trabalho técnico especializado**	R\$ hora técnica	1	Economicidade	1,25 ≥ indicador ≥ 0,75 do mercado	0,82	100	10	10
X	Custo de manutenção operacional	Reais (R\$)	0,5	Economicidade	6.324.292,70	4.049.385,89	100	10	5
			9,5						95
Nota 9,5 (de 9,5). Atingiu plenamente o desempenho esperado									

* Nos indicadores I e III, a Comissão considerou que o cancelamento de produto, que não está sob a governabilidade da OS, redimensiona a meta inicialmente pactuada.

** A fonte de referência foram as pesquisas salariais da CATHO

Apresentada a tabela "Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2017", registre-se que o Indicador VIII ainda não foi utilizado para o cômputo da nota final, tendo em vista a indisponibilidade das informações sobre a homologação dos resultados pelos demandantes. Trata-se de uma restrição técnica que deverá ser sanada. As anotações na Tabela 1 trazem as particularidades da aplicação dos indicadores I e III.

Quanto ao desempenho da OS, foi alcançada a nota 9,5 de um total possível de 9,5, considerando a não aplicação do Indicador VIII. Essa pontuação, para os fins a que se destina, será considerada como nota 10.

4. NOVAS RECOMENDAÇÕES

Não houve novas recomendações, com destaque para a revisão de uma recomendação voltada ao trato do conjunto dos indicadores.

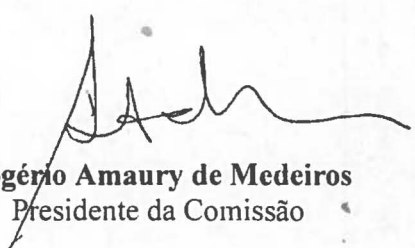
5. ENCAMINHAMENTOS PARA A REUNIÃO SEMESTRAL 2018

A Reunião Semestral 2018 da CAA foi agendada para o período de 6, 7 e 8 de agosto de 2018, sendo um dos dias dedicado a uma oficina de trabalho sobre Indicadores de Desempenho do CGEE.

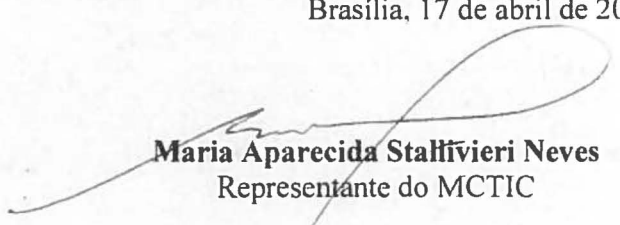
6. CONCLUSÃO

Após analisar as informações constantes do Relatório Anual 2017 e respectivos documentos comprobatórios, bem como aquelas prestadas pela Direção do CGEE ao longo desta reunião e em suas apresentações, esta Comissão conclui que o CGEE, ao obter a pontuação global 10, atingindo plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2017.

Brasília, 17 de abril de 2018.



Rogério Amaury de Medeiros
Presidente da Comissão



Maria Aparecida Stallivieri Neves
Representante do MCTIC



Sylvia Helena Figueiredo Prata
Representante do Ministério do
Planejamento, Desenvolvimento e
Gestão - MP



Luiz Fernando Fauth
Representante do MCTIC



Odilon Marcuzzo do Canto
Representante do MCTIC

**ANEXO V - Membros da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão em
2017**

RELATÓRIO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CGEE – ATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2017

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
CRISTINA FÁTIMA DO RIO FERNANDES (suplente)	743.583.837-34	Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Gama Filho	Técnica de Análise e Projetos; Suplente do Comitê de Meio Ambiente; Substituta da Assessoria da Diretoria Operativa II, Membro do Comitê de Normalização; Atividades de Assessoramento na Superintendência Social e na Diretoria Executiva; Membro suplente do Comitê Gerencial (FINEP). Representante da FINEP junto ao MCTI no processo de transição governamental em 2003; suplente na CA do CGEE.	Portaria MCTI 261/2014	14/03/14	Vigente
ROGÉRIO AMAURY DE MEDEIROS	606.822.217-91	Mestrado: Ecologia – Universidade de Brasília - UnB Especialização (interrompida): Ecologia da Paisagem – Technische Universität Muenchen - TUM – Alemanha Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Chefe de Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação; Superintendente da área de planejamento, Secretário Técnico de Petróleo e Gás Natural, Secretário Técnico de Recursos Minerais, Coordenador Setorial de Petróleo, Gás e Petroquímica, Chefe do Departamento de Fundos Setoriais; Chefe do Departamento de Planejamento e Avaliação Financeira, Gestor de infraestrutura básica do FNDCT, coordenador de meio ambiente, chefe da divisão de infra-estrutura em ciência e tecnologia, técnico em projetos e programas (FINEP).	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
ODILON MARCUZZO DO CANTO	103.569.830-72	Mestrado e Doutorado: Engenharia. Nuclear – University of California – Berkeley Graduação: Engenharia. Civil – Universidade Federal de Santa Maria –	Possui graduação em Eng. Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (1968), mestrado em Eng. Nuclear pela University of California- Berkeley (1979) e doutorado em Eng. Nuclear pela University of California- Berkeley (1984). Atualmente é Presidente do Fundação de Ciência e Tecnologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Cromo, Metabolismo do Cromo, Modelo de Compartimentos.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente

JOSÉ EDUARDO AZEVEDO FIATES	112.159.298-89	UFSC	Participou de vários treinamentos em Gestão da Inovação Tecnológica nos Estados Unidos na Inglaterra. Foi Diretor Executivo do Centro para Laboração de Tecnologias Avançadas CELTA e Superintendente de Inovação da Fundação CERTI. Foi por 2 mandatos Vice-presidente e mais 2 mandatos Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores ANPROTEC. É Diretor Executivo da Sapiens Parque S.A., complexo que reúne empreendimentos de ciência e tecnologia, educação e cultura, saúde e biotecnologia, esporte e lazer, turismo, comércio e entretenimento; Diretor Geral da CVentures Empreendimentos Inovadores e Participações S.A. e Diretor Executivo do Projeto Sapiens Parque e pela área de Inovação na Fundação CERTI. Foi Presidente da Divisão Latino-Americana da International Association of Science Parks - IASP (2009/2011). Faz parte dos conselhos superiores de diversas instituições, entre elas o Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC) e do Conselho Consultivo da ANPROTEC e já fez parte do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nas áreas, nos temas: de incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empreender e inovador em tecnologia, capital venture, inovação em negócios e outros.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
EDUARDO MONTEIRO PASTORE	994.973.791-53	Bacharel em Administração – Universidade de Brasília. Especializado em Gestão Pública – CEPEGG.	Servidor público federal, nomeado Coordenador – geral de Modelos de Gestão no Ministério do Planejamento	Portaria MCTI nº 3235/2016	08/08/2016	Vigente
SILVIA HELENA DE VIGUEIRO PRATA	666.430.901-72	Especializada em Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Universidade Gama Filho – Brasília/DF e Bacharel em Administração de	Servidora Pública Federal atua em atividades relativas à Gestão Estratégica por Resultados e aos Modelos Organizacionais, Ministério do Planejamento.	Portaria MCTI nº 3235/2016	08/08/2016	Vigente

		Empresas (habilitada em empresas rurais e cooperativas), Universidade Federal de Lavras – UFLA					
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	Vigente	
LILIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Espública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	Vigente	
LUIZ FERNANDO FAUTH	731.330.600-82	Graduado em Direito pela UFRGS e em Economia pela PUC-RS,	Atuou como Analista de Controle Externo do TCU, Consultor Legislativo do Senado. Atualmente é Secretário-Executivo Substituto do MCTI	Portaria MCTI nº 428/2015	19/06/2015	Vigente	
MARIA APARECIDA STALLIVIERI NEVES	152.992.790-00			Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/2014	Vigente	

ANEXO VI – Detalhamento das Capacitações / Treinamentos – janeiro a dezembro 2017

Relatório de Participação de Empregados em Capacitação no Ano de 2017

Capacitação	Nº de empregados por Treinamento	Local	Data do evento	Carga Horária
Treinamento de Aprendiz - CIEE	2	Brasília/DF	Jan a Dez 2017	376
Curso Homolognet na Prática	1	São Paulo/SP	19 Janeiro 2017	8
ITIL V3 Fundamentos-RNP	1	Brasília/DF	27 e 28 Março 2017	16
Treinamento em Gestão da Qualidade - Norma IOS9001:2015	16	Brasília/DF	10 a 13 Abril 2017	16
Treinamento em Gestão da Qualidade - Análise de Risco dos Processos	16	Brasília/DF	28 Abril 2017	4
Gestão da Segurança da Informação- NBR 27001 e NBR 27002- RNP	1	Brasília/DF	24 a 28 Abril 2017	40
Curso de ECF 2017 via Web	1	Brasília/DF	09 Maio 2017	8
Introdução á Segurança de Redes- RNP	1	Brasília/DF	15 a 19 Maio 2017	40
Reforma trabalhista e o Impacto do Nova Lei nº. 13.467/2017	2	Brasília/DF	16 e 17 Outubro 2017	16
Total Carga Horária (Anual)				524
Total de Empregados Capacitados no Ano				21

ANEXO VII – Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU no exercício de 2017

Orientações, Recomendações e Deliberações dos Órgãos de Controle (TCU e CGU)

Em 2017 o CGEE foi submetido a auditoria por parte do Órgão de Controle Interno – Controladoria Geral da União (CGU), a qual realizou Auditoria Anual de Contas (AAC) relativa ao exercício de 2016 entre os meses de agosto e setembro de 2017, em atendimento ao disposto no Art. 7º da Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

De acordo com a auditoria realizada, a CGU emitiu o Relatório de Auditoria Anual de Contas, o qual foi dividido em duas partes, sendo, um Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e outro Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas, consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU, a quem caberá manifestação final.

Recomendações da CGU

Registre-se que desde outubro de 2016, quando o acesso ao sistema foi disponibilizado o Centro vem atendendo as recomendações específicas da CGU, no tocante a inserção de informações no Sistema Monitor. Prática reconhecida positivamente por parte dessa Controladoria quando da elaboração do último Relatório de Auditoria Anual.

Deliberações do Tribunal de Contas da União

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	030.933/2015-3	1961/2017		Ofício 042/2017-TCU/Secex Desenvolvimento, de 07/03/17	Notificação
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Trata-se da decisão do TCU relativa a tomada de contas do CGEE do exercício de 2014. Em 07 de março de 2017 o CGEE recebeu o referido Ofício, por meio do qual o TCU notifica o Centro do inteiro teor do Acórdão 1961/2017-TCU-2ª Câmara, que foi objeto de apreciação do processo TC 030.933/2015-3, em Sessão Ordinária realizada em 21/02/2017, cuja decisão os Ministros daquela Corte de Contas, acordaram, por unanimidade, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 do Acórdão em comento, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações contidas no Item 1.1.					
Providências Adotadas					

Síntese da providência adotada:					
- O CGEE, em atenção a recomendação do Tribunal, faz divulgar em sua página na internet todos os gastos com passagens e diárias ao longo de cada exercício, contendo as informações apontadas pela recomendação, além disso, procede o acompanhamento sistemático dos custos com passagens aéreas e sua comparação com os dispêndios realizados pelo MCTIC, mantendo o seu Conselho de Administração informado dos dados comparativos.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status</i> no site do TCU (consulta em 06.02.2018).					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	007.680/2014-7	3304/2014	9.3 9.4.1 9.4.2 9.6 9.6.1 9.6.2 9.6.3	Ofício 0444/2017-TCU/Secex Desenvolvimento, de 13/12/2017	Notificação Monitoramento
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Por meio do referido Ofício o TCU notifica o CGEE do monitoramento ao atendimento das deliberações constantes do Acórdão 3304/2014-TCU-Plenário, referente ao itens 9.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.6, 9.6.1, 9.6.2, 9.6.3.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Ciente da notificação de monitoramento, a despeito de todas as recomendações do Tribunal estarem sendo atendidas, o CGEE esclarece que a formalização da resposta se dará no primeiro mês do próximo ano, tendo em vista o prazo exíguo para formulação das informações diante do recesso de fim de ano.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status</i> no site do TCU (consulta em 06.02.2018).					